

2021

RAI

BRASILETROS

**NOVOS
CAMINHOS**





AGRADECIMENTOS

O tema NOVOS CAMINHOS reflete a capacidade de adaptação, inovação e fluidez da nossa Fundação. Se em 2020 nos “conectamos” para vencer desafios, o ano de 2021 simboliza a consolidação de todos os esforços que foram necessários para gerar bons resultados. A Pandemia nos mostrou que em um mundo fluido, de constantes mudanças tecnológicas e sociais, é preciso ser adaptável e maleável, como fluxo de um rio. Essa maturidade é o que queremos trazer em nosso Relatório Anual de Informações 2021.



SUMÁRIO

1	Nossa história	p. 3	10	Política de Investimentos	p. 35
2	Missão, Visão e Valores	p. 4	11	Demonstrações Financeiras	p. 43
3	Mensagem da Diretoria	p. 5	12	Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	p. 48
4	Estrutura Organizacional	p. 6	13	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	p. 68
5	Órgãos Estatutários	p. 7	14	Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras	p. 69
6	Gestão Estratégica	p. 8	15	Manifestação do Conselho Deliberativo sobre as Demonstrações Financeiras	p.70
7	Informações previdenciais	p. 15			
8	Parecer Atuarial PACV	p. 19			
9	Parecer Atuarial PCA	p. 27			

ESTE ARQUIVO É UM PDF INTERATIVO.

- Clique no capítulo desejado e será encaminhado à página referente.
- Clique no ícone  , no canto superior direito de cada página, para voltar ao sumário.



NOSSA HISTÓRIA

Fundação Ampla de Seguridade Social

A Brasiletros constitui-se em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos e foi criada em 23 de março de 1972 com a denominação Fundação CBEE de Seguridade Social – Brasiletros, tendo como patrocinadora a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE).

Fusão das antigas empresas CBEE e Centrais Elétricas Fluminenses S/A (CELFL)

Em 1979, a Fundação CBEE de Seguridade Social teve incorporado ao seu patrimônio a Fundação Centrais Elétricas Fluminenses de Seguridade Social (CELFLUS), em decorrência da fusão das antigas empresas CBEE e Centrais Elétricas Fluminenses S/A (CELFL).

Denominar-se Fundação CERJ de Seguridade Social –Brasiletros

Em 1980, a Entidade passou a denominar-se Fundação CERJ de Seguridade Social –Brasiletros.

A razão social da Entidade passou a ser Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros

Em 2005, a razão social da Entidade passou a ser Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros, em função da alteração de sua patrocinadora Ampla Energia e Serviços S/A.

A Entidade é associada da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada), do ICSS (Instituto Cultural de Seguridade Social) e é fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência.

Atualmente, a Brasiletros administra dois planos de benefícios.

São eles:

Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA)
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV)

NOSSAS PATROCINADORAS



ENEL DISTRIBUIÇÃO RIO



ENEL BRASIL



FUNDAÇÃO AMPLA DE
SEGURIDADE SOCIAL -
BRASILETROS



MISSÃO

Garantir níveis de retorno dos investimentos dos recursos aportados, pelos participantes e patrocinadoras, com segurança, liquidez, máxima rentabilidade e mínimo risco, retribuindo aos seus participantes em forma de pagamentos de benefícios, num ambiente de qualidade, eficiência e pontualidade.

VISÃO

Ser, dentre as entidades fechadas de previdência complementar do seu porte, um modelo padrão de referência, na excelência de qualidade dos serviços prestados, objetivando incessantemente, garantir e promover um padrão de dignidade e valorização dos seus participantes.

VALORES

Espera-se dos Conselheiros, Diretores, Colaboradores e Prestadores de Serviços, a perfeita sintonia e exercício das seguintes crenças e valores:

- Conduta Ética e Transparência - verificados através da fidelidade, obediência e cumprimento dos princípios e das boas práticas de governança corporativa.
- Valorização do Ser Humano - Todas as ações da Entidade devem ter como princípio norteador o zelo, o respeito e o amor ao próximo.
- Responsabilidade e Profissionalismo - Deve ser sempre incentivada, interna e externamente, a superação da qualidade dos serviços, através da criatividade, profissionalização e responsabilidade, extensivo a parceiros, que devem, da mesma forma, desenvolver e manter procedimentos e comportamentos semelhantes.
- Espírito de Colaboração e Cooperação - O clima no ambiente do trabalho deve ser saudável, cabendo a todos a busca de um relacionamento ético e respeitoso, com comportamento colaborativo, na busca das metas comuns e de trabalho em equipe.

MENSAGEM DA DIRETORIA



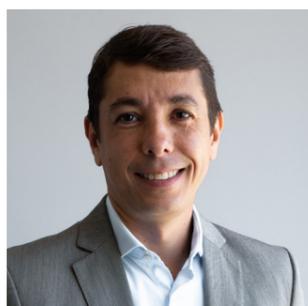
DAVID AUGUSTO ABREU
Diretor Presidente



**LEONARDO DIAS
BAPTISTA GOMES**
Diretor de Investimentos
Administração e Finanças



LUIS CARLOS SALLES COTA
Diretor de Seguridade



MUCI GIRGI GERMAIN
Diretor Jurídico

A Brasiletros vive o desafio de se reinventar a todo momento para fazer frente aos diferentes cenários de mudança, sejam eles, cultural, social, econômico ou organizacional, e isso se reflete em nossos valores e em nossa razão de ser. Para nós, o propósito de uma Fundação de Previdência Complementar é estar presente e fazer a diferença no dia a dia de seus participantes, contribuindo por meio de seus benefícios para a segurança e a dignidade nas suas vidas, e oferecendo sempre excelência em serviços. A trajetória da Brasiletros reflete o nosso compromisso com o seu propósito e com todas as pessoas envolvidas em seus processos, bem como a capacidade de adaptação a um mundo em constante mudança.

O ano de 2021 foi mais um período de reinvenção, de adaptação à nova realidade, e de busca por novos caminhos. Desde 2019 a nossa equipe está preparada para atuar por meio de teletrabalho e, na busca constante por aprimoramento, estudou soluções digitais que atendessem as demandas de nossos participantes e colaboradores. Em abril de 2021, lançamos para nossos participantes duas ferramentas inovadoras: a primeira delas, o novo website, que oferece uma visualização otimizada para diferentes dispositivos móveis, por exemplo, tablet e celular, com design moderno e muito mais intuitivo e, a segunda, a adesão digital ao plano de previdência, por meio de um formulário online, facilidade que se faz ainda mais relevante diante do cenário de isolamento social que se estabeleceu.

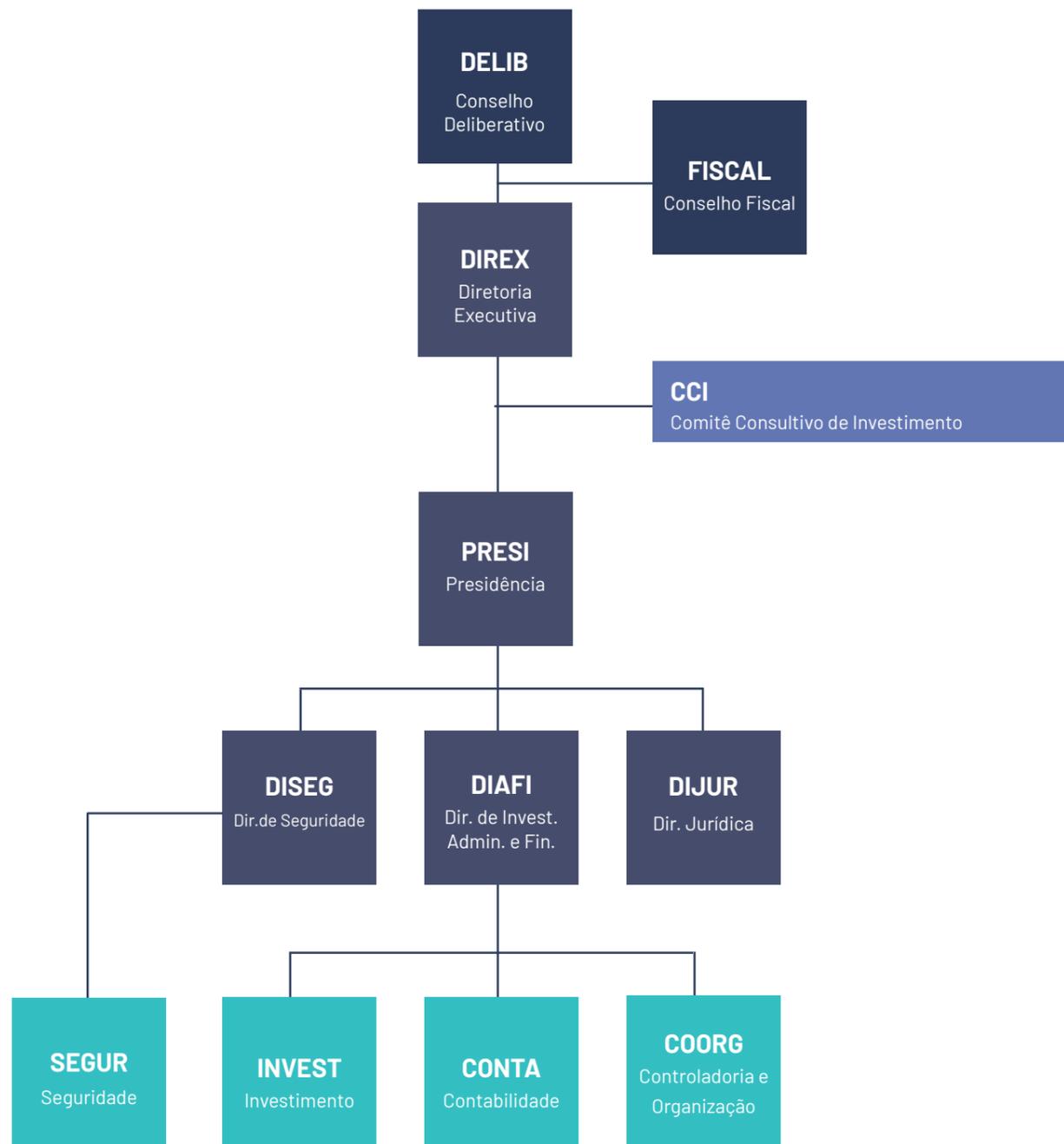
O ano de 2021 foi marcado por desafios e pela consolidação de projetos. Sentimo-nos orgulhosos de compartilhar, nesse Relatório Anual de Informações, os resultados obtidos, reflexo da competência de nossa equipe e do esforço para entregar sempre o melhor.

Seguimos preparados para os novos ciclos que virão.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ORGANOGRAMA





ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é o órgão de orientação superior, deliberação e controle da Fundação, cabendo-lhe fixar os objetivos e políticas previdenciais, e sua ação se verificará pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração (Seção I do Estatuto, Art. 14).

MEMBROS EFETIVOS

Anderson Luís Tostes dos Santos (Presidente)
Alexandre Pinto de Brito Oliveira
Elaine Regina Rangel

Luzia Brandão Marinho Bartolette
Maurício Szwarc

MEMBROS SUPLENTE

Roberto Nunes Fonseca Júnior

Jorge Matias de Alexandria
Geraldo Ricardo de Oliveira Raed

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal será responsável pela fiscalização da Fundação, cabendo-lhe, precipuamente, zelar pela gestão econômico-financeira desta (Seção III do Estatuto, Art. 35).

MEMBROS EFETIVOS

Leandro Cordeiro (Presidente)
José Carlos Pacheco

MEMBROS SUPLENTE

Jociene Teixeira Salvador

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS

David Augusto de Abreu
Leonardo Dias Baptista Gomes
Ricardo Nelson Vasconcelos
Karla Gimenez Leite Keller



6 | GESTÃO ESTRATÉGICA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021

A pandemia trouxe variados impactos à vida em sociedade, remodelamos a forma de trabalho e nos reinventamos. Em pouco tempo, adaptação e resiliência tornaram-se palavras de ordem. Começamos a lidar com esse desafio em 2020, e no ano de 2021 intensificamos nossos esforços, utilizando a tecnologia para nos aproximar cada vez mais dos nossos participantes. A partir de um diagnóstico realizado com reflexões sobre o ambiente externo e interno, em um cenário de total imprevisibilidade, nosso foco principal foram a busca de escolhas assertivas e a definição de estratégias para oferecer serviços alinhados à expectativa e às necessidades dos nossos clientes.

O planejamento estratégico, voltado para o desenvolvimento contínuo de processos e ferramentais, prepara e adapta a Fundação para os desafios que a economia impõe. Isso significa mapear e atuar no cenário presente, definir e criar onde se quer chegar. Independente da pandemia, entender essa readaptação e se preparar para os desafios futuros é fundamental.

A “ordem do dia” do Planejamento Estratégico de 2021 reflete essa dinâmica de presente e futuro, elencamos ações voltadas para preservar a saúde dos negócios com cumprimento da agenda de Obrigações Legais, e ao mesmo tempo, (re)pensamos o futuro em diferentes aspectos, desde mudanças nos Processos Internos até o Incremento da Transformação Digital.

Dentre os vários projetos propostos, implementamos o novo Plano de Contas de acordo com órgão regulador, adaptamos nossos processos internos para o atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados, disponibilizamos um simulador on-line para novos participantes e atualizamos o nosso processo de seleção de gestores de fundos de investimentos.

Todos esses resultados refletem, a ação de planejar de forma estratégica e, principalmente, o espetacular trabalho de nossas equipes. A sinergia entre pessoas, processos e relacionamentos foi o principal composto na construção desse trabalho. Os resultados alcançados em 2021 refletem a participação de todos nessa construção totalmente voltada para oferecer os melhores serviços aos nossos Participantes.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

GARANTIR O
ATENDIMENTO
DAS OBRIGAÇÕES
LEGAIS.

INCREMENTAR
O PROCESSO DE
TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL.

APRIMORAR
PROCESSOS
INTERNOS.

NOVAS FERRAMENTAS DIGITAIS

NOVO PORTAL INSTITUCIONAL

Em 2021 a Brasiletros lançou o novo website institucional com diversas funcionalidades para a melhoria da experiência do usuário. Confira as novidades do Portal:

- Visual moderno e intuitivo, elaborado com técnicas de UX Design, que coloca a experiência do usuário como centro da criação;
- Design responsivo: permite o acesso otimizado pelo celular e tablet;
- Novo formulário de adesão para novos participantes.

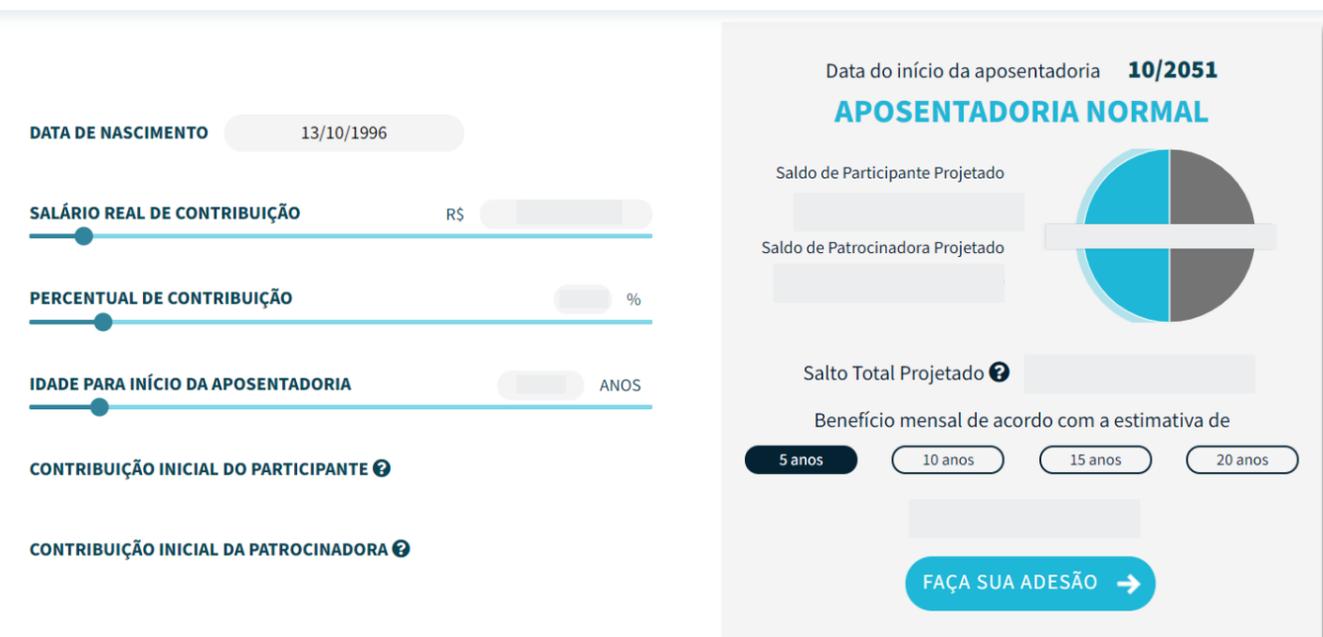


ADESÃO ONLINE E SIMULADOR PARA NOVOS PARTICIPANTE

Aderir a um plano de previdência complementar é uma atitude de cuidado com o presente e com o futuro. A Brasiletros oferece diversas vantagens para ajudar nossos participantes a planejar o futuro. Em 2021, ficou ainda mais fácil se tornar um participante, através das nossas novas ferramentas digitais.

Agora os colaboradores das nossas patrocinadoras (Enel Distribuição Rio, Enel Brasil e Brasiletros), que não aderiram ao PACV, tem acesso ao **Simulador de Benefícios**. Com a ferramenta é possível ter acesso a uma estimativa de quanto poderá ser o benefício futuro, caso o colaborador opte por aderir ao plano. Para isso, basta inserir algumas informações e o simulador calculará e mostrará as opções de aposentadoria, assim como uma estimativa de benefício mensal, de acordo com o tempo em que o participante deseja receber o saldo.

Além do Simulador, a Brasiletros também implementou o **Formulário de Adesão Online** que simplifica o processo de contratação do Plano, permitindo que o interessado faça a adesão através de qualquer dispositivo digital, como tablet, celular notebook etc.



DATA DE NASCIMENTO 13/10/1996

SALÁRIO REAL DE CONTRIBUIÇÃO R\$

PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO %

IDADE PARA INÍCIO DA APOSENTADORIA ANOS

CONTRIBUIÇÃO INICIAL DO PARTICIPANTE ?

CONTRIBUIÇÃO INICIAL DA PATROCINADORA ?

Data do início da aposentadoria **10/2051**

APOSENTADORIA NORMAL

Saldo de Participante Projetado

Saldo de Patrocinadora Projetado

Salto Total Projetado ?

Benefício mensal de acordo com a estimativa de

5 anos 10 anos 15 anos 20 anos

FAÇA SUA ADESÃO →

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada, no Diário Oficial da União a portaria de aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC a alteração do estatuto social.

A alteração proposta contemplou ajustes nas composições dos Conselhos Deliberativo e Fiscal com o objetivo de adequação da estrutura ao porte da entidade.

A nova versão do Estatuto Social Brasiletros está disponível em nosso website institucional e na área de autoatendimento.

Confira as alterações no quadro comparativo a seguir:

Texto Atual	Texto Proposto	Justificativas
<p>CAPÍTULO 6 Dos Órgãos de administração e Fiscalização</p> <p>Art. 9º - Fundação será administrada e fiscalizada pelos seguintes órgãos: I - Conselho Deliberativo; II - Diretoria Executiva; II - Conselho Fiscal.</p>	<p>Art. 9º - A Fundação será administrada e fiscalizada pelos seguintes órgãos: I - Conselho Deliberativo; II - Diretoria Executiva; II - Conselho Fiscal.</p>	<p>Ajustado para o atendimento à exigência 01, disposta na Nota Técnica nº 773/2021/PREVIC, referente ao processo nº 44011.003106/2021-44.</p>
<p>SEÇÃO I Do Conselho Deliberativo</p> <p>Art. 14 O Conselho Deliberativo é o órgão de orientação superior, deliberação e controle da Fundação, cabendo-lhe fixar os objetivos e políticas previdencias, e sua ação se verificará pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração.</p>		<p>Transcrito para melhor entendimento.</p>
<p>Art. 15 O Conselho Deliberativo será constituído de 10 (dez) membros efetivos, para cumprirem mandato de 03 (três) anos, contados da respectiva posse.</p>	<p>Art. 15 O Conselho Deliberativo será constituído de 05 (cinco) membros efetivos, para cumprirem mandato de 03 (três) anos, contados da respectiva posse</p>	<p>Ajuste no número total de membros efetivos a fim de minimizar possíveis vacâncias nas posições de Conselho, tanto para membros indicados como para membros eleitos.</p>
<p>§ 1º Caberá às Patrocinadoras a indicação de 6 (seis) Conselheiros, cujos mandatos poderão ser renovados a seu critério, sendo os 4 (quatro) restantes eleitos pelos participantes ativos e pelos participantes assistidos dos planos previdenciários mantidos pela Fundação.</p>	<p>§ 1º Caberá às Patrocinadoras a indicação de 3 (três) Conselheiros, cujos mandatos poderão ser renovados a seu critério, sendo os 2 (dois) restantes eleitos pelos participantes ativos e pelos participantes assistidos dos planos previdenciários mantidos pela Fundação.</p>	<p>Ajuste redacional para a compatibilização com a nova composição sugerida na redação do caput do artigo 15.</p>

Texto Atual	Texto Proposto	Justificativas
§ 2º Havendo mais de uma Patrocinadora, os 6 (seis) Conselheiros serão indicados pelas Patrocinadoras de maior valor de patrimônio acumulado e de maior número de participantes a elas vinculados, no mês de dezembro imediatamente anterior ao da indicação, incluindo-se para este fim a Patrocinadora Instituidora.	§ 2º Havendo mais de uma Patrocinadora, os 3 (três) Conselheiros serão indicados pelas Patrocinadoras de maior valor de patrimônio acumulado e de maior número de participantes a elas vinculados, no mês de dezembro imediatamente anterior ao da indicação, incluindo-se para este fim a Patrocinadora Instituidora.	Ajuste redacional para a compatibilização com a nova
§ 3º Dos membros eleitos pelos Participantes, haverá participação entre os membros ativos e assistidos sem reserva de vagas específicas.		Transcrito para melhor entendimento.
§ 4º Cada membro efetivo do Conselho Deliberativo terá um suplente, com igual mandato, escolhido da mesma forma que o efetivo.	§ 4º Cada membro efetivo eleito do Conselho Deliberativo terá um suplente, com igual mandato, escolhido da mesma forma que o efetivo.	Alteração redacional para atribuir aos membros efetivos eleitos a necessidade de suplência individual.
	§ 5º Caberá às Patrocinadoras a indicação de 2 (dois) Conselheiros suplentes, que, poderão substituir, quando necessário, quaisquer um dos 03 (três) Conselheiros efetivos indicados.	Inclusão de parágrafo para atribuir aos membros efetivos indicados a necessidade de suplência de forma não individual.
§ 5º A Patrocinadora Instituidora indicará, dentre os membros do Conselho Deliberativo por ela indicados, o Presidente do Conselho Deliberativo, caso possua condições de representatividade para tanto (ou seja, se efetivamente possuir representante no conselho). Caso contrário, o Presidente do Conselho será indicado por consenso das patrocinadoras.	§ 6º A Patrocinadora Instituidora indicará, dentre os membros do Conselho Deliberativo por ela indicados, o Presidente do Conselho Deliberativo, caso possua condições de representatividade para tanto (ou seja, se efetivamente possuir representante no conselho). Caso contrário, o Presidente do Conselho será indicado por consenso das patrocinadoras.	Renumerado.
§ 6º A Patrocinadora poderá, a qualquer tempo, substituir os membros do Conselho Deliberativo por ela indicados, minimamente justificando o ato e obedecendo aos termos do regimento interno deste Conselho.	§ 7º A Patrocinadora poderá, a qualquer tempo, substituir os membros do Conselho Deliberativo por ela indicados, minimamente justificando o ato e obedecendo aos termos do regimento interno deste Conselho.	Renumerado.
§ 7º O mês que se processa o encerramento do mandato dos membros indicados é o de abril e a posse dos substitutos deve ser imediatamente subsequente.	§ 8º O mês que se processa o encerramento do mandato dos membros indicados é o de abril e a posse dos substitutos deve ser imediatamente subsequente.	Renumerado.
§ 8º O mês que se processa o encerramento do mandato dos membros eleitos é o de julho e a posse dos substitutos deve ser imediatamente subsequente.	§ 9º O mês que se processa o encerramento do mandato dos membros eleitos é o de julho e a posse dos substitutos deve ser imediatamente subsequente.	Renumerado.
Art. 16 O Conselho Deliberativo se reunirá, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, pelo Diretor-Presidente da Fundação ou por 4 (quatro) de seus membros, sempre com a presença da maioria dos seus membros.	Art. 16 O Conselho Deliberativo se reunirá, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, pelo Diretor-Presidente da Fundação ou por 2 (dois) de seus membros, sempre com a presença da maioria dos seus membros.	Alteração visando a adequação do texto à nova composição sugerida no Art. 15.
SEÇÃO II Da Diretoria Executiva		

Texto Atual	Texto Proposto	Justificativas
Art. 32 Como órgão auxiliar vinculado à Diretoria Executiva funcionará o Comitê Consultivo de Investimentos, que terá como objetivo recomendar, com base em análises econômico financeiras, as diretrizes a serem observadas na elaboração da política de investimentos, avaliar propostas e estratégias de investimentos, bem como acompanhar a alocação dos ativos para cada plano de benefícios administrado, sempre observando os limites da política de investimentos vigente.		Transcrito para melhor entendimento.
	IV – O mês que se processa o encerramento do mandato dos membros indicados e eleitos é o de julho e a posse dos substitutos deve ser imediatamente subsequente.	Inclusão de redação do inciso para o atendimento à exigência 02, disposta na Nota Técnica nº 773/2021/PREVIC, referente ao processo nº 44011.003106/2021-44.
Art. 37 - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) indicados pelas Patrocinadoras, cujos mandatos poderão ser renovados a seu critério, e 1 (um) eleito pelos participantes ativos e participantes assistidos vinculados à Fundação.		Transcrito para melhor entendimento.
§ 1º - Havendo mais de 1 (uma) Patrocinadora, o Presidente do Conselho Fiscal e o membro remanescente serão indicados por consenso das patrocinadoras.	§ 1º - Havendo mais de 1 (uma) Patrocinadora, o Presidente do Conselho Fiscal e o membro remanescente serão indicados por consenso das patrocinadoras. Não havendo consenso, os 2 (dois) Conselheiros serão indicados pelas Patrocinadoras de maior valor de patrimônio acumulado e de maior número de participantes a elas vinculados, no mês de dezembro imediatamente anterior ao da indicação, incluindo-se para este fim a Patrocinadora Instituidora.	Inclusão de redação no parágrafo para o atendimento à exigência 03, disposta na Nota Técnica nº 773/2021/PREVIC, referente ao processo nº 44011.003106/2021-44.
Art. 38 Os membros do Conselho Fiscal terão mandato de 3 (três) anos, contados da respectiva posse.		Transcrito para melhor entendimento.
§ 1º Cada membro efetivo do Conselho Fiscal terá um suplente, com igual mandato, escolhido da mesma forma que o efetivo.	§ 1º Cada membro eleito do Conselho Fiscal terá um suplente, com igual mandato, escolhido da mesma forma que o efetivo.	Alteração redacional para atribuir ao membro efetivo eleito a necessidade de suplência individual.
	§ 2º Caberá às Patrocinadoras a indicação de 1 (um) Conselheiro suplente, que, poderá substituir, quando necessário, quaisquer um dos 02 (dois) Conselheiros efetivos indicados.	Alteração redacional para atribuir aos membros efetivos indicados a necessidade de suplência de forma não individual.
§ 2º A Patrocinadora poderá, a qualquer tempo, substituir os membros do Conselho Fiscal por ela indicados, minimamente justificando o ato.	§ 3º A Patrocinadora poderá, a qualquer tempo, substituir os membros do Conselho Fiscal por ela indicados, minimamente justificando o ato.	Renumerado.
CAPÍTULO 10 Das Alterações Estatutárias e Regulamentares		



Texto Atual	Texto Proposto	Justificativas
Art. 49 As alterações deste Estatuto e dos Regulamentos dos Planos de Benefícios, mantidos pela Fundação, não poderão: I - Contrariar os objetivos referidos no artigo 3º; II - Reduzir benefícios já iniciados; III - Prejudicar direitos de qualquer natureza adquiridos pelos Participantes e Beneficiários.		Transcrito para melhor entendimento.
Art. 50 O Estatuto e os Regulamentos dos Planos só poderão ser alterados por deliberação de 7 (sete) membros da totalidade do Conselho Deliberativo.	Art. 50 O Estatuto e os Regulamentos dos Planos só poderão ser alterados por deliberação de 4 (quatro) membros da totalidade do Conselho Deliberativo.	Alteração visando a adequação do texto à nova composição sugerida no Art. 15.
CAPÍTULO 11 Da Retirada da Patrocinadora	CAPÍTULO 11 Da Retirada da Patrocinadora	Supressão de toda referência à retirada da Patrocinadora para atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 51 - A Patrocinadora poderá retirar-se da Fundação, a seu requerimento, por meio de carta enviada através do Cartório de Títulos e Documentos.	Art. 51 - A Patrocinadora poderá retirar-se da Fundação, a seu requerimento, por meio de carta enviada através do Cartório de Títulos e Documentos.	Supressão de toda referência à retirada da Patrocinadora para atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 52 - A Patrocinadora poderá, ainda, mediante autorização da autoridade governamental competente, retirar-se de um dos planos mantidos pela Fundação, mantendo-se, no entanto, como Patrocinadora dos demais planos, desde que pelo menos um deles seja previdenciário.	Art. 52 - A Patrocinadora poderá, ainda, mediante autorização da autoridade governamental competente, retirar-se de um dos planos mantidos pela Fundação, mantendo-se, no entanto, como Patrocinadora dos demais planos, desde que pelo menos um deles seja previdenciário.	Supressão de toda referência à retirada da Patrocinadora para atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 53 - Na hipótese de retirada de Patrocinadora, esta cessará permanentemente suas contribuições após o cumprimento de suas obrigações incorridas para com a Fundação, até a data de sua retirada, e o patrimônio correspondente terá a destinação que lhe for dada pela legislação vigente.	Art. 53 - Na hipótese de retirada de Patrocinadora, esta cessará permanentemente suas contribuições após o cumprimento de suas obrigações incorridas para com a Fundação, até a data de sua retirada, e o patrimônio correspondente terá a destinação que lhe for dada pela legislação vigente.	Supressão de toda referência à retirada da Patrocinadora para atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 54 - As Patrocinadoras remanescentes não terão qualquer obrigação para com a Fundação no que diz respeito à cobertura dos benefícios para os Participantes e Beneficiários da Patrocinadora retirante, ressalvada disposição em contrário dos respectivos convênios de adesão.	Art. 54 - As Patrocinadoras remanescentes não terão qualquer obrigação para com a Fundação no que diz respeito à cobertura dos benefícios para os Participantes e Beneficiários da Patrocinadora retirante, ressalvada disposição em contrário dos respectivos convênios de adesão.	Supressão de toda referência à retirada da Patrocinadora para atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 55 - Em caso de retirada de Patrocinadora, a cobertura dos benefícios para os Participantes e seus Beneficiários, assim como a destinação do patrimônio correspondente, se dará de acordo com o disposto na legislação em vigor.	Art. 55 - Em caso de retirada de Patrocinadora, a cobertura dos benefícios para os Participantes e seus Beneficiários, assim como a destinação do patrimônio correspondente, se dará de acordo com o disposto na legislação em vigor.	Supressão de toda referência à retirada da Patrocinadora para atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.

Texto Atual	Texto Proposto	Justificativas
Art. 56 - É facultado à Patrocinadora não contribuir para os Planos mantidos pela Fundação, relativamente aos Empregados admitidos após a data de manifestação expressa de sua intenção de retirada. Nesse caso, a Patrocinadora continuará dando cobertura apenas aos seus Empregados admitidos como Participantes até aquela data.	Art. 56 - É facultado à Patrocinadora não contribuir para os Planos mantidos pela Fundação, relativamente aos Empregados admitidos após a data de manifestação expressa de sua intenção de retirada. Nesse caso, a Patrocinadora continuará dando cobertura apenas aos seus Empregados admitidos como Participantes até aquela data.	Supressão de toda referência à retirada da Patrocinadora para atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Capítulo 12 Da Liquidação da Fundação e dos Planos	Capítulo 11 Da Liquidação da Fundação e dos Planos	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 57 - A Fundação, ou qualquer dos planos por ela administrados, somente poderão ser liquidados nos casos previstos em lei.	Art. 51 - A Fundação, ou qualquer dos planos por ela administrados, somente poderão ser liquidados nos casos previstos em lei.	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Capítulo 11 Das Eleições	Capítulo 12 Das Eleições	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 58 - A eleição para o cargo de membro do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal será realizada através de voto direto dos participantes ativos e dos participantes assistidos dos planos previdenciais geridos pela Fundação, sendo considerados eleitos os candidatos e seus respectivos suplentes que obtiverem maioria dos votos válidos, não sendo admitido o voto por procuração.	Art. 52 - A eleição para o cargo de membro do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal será realizada através de voto direto dos participantes ativos e dos participantes assistidos dos planos previdenciais geridos pela Fundação, sendo considerados eleitos os candidatos e seus respectivos suplentes que obtiverem maioria dos votos válidos, não sendo admitido o voto por procuração.	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 59 - O Conselho Deliberativo baixará normas e instruções complementares, relativas a prazo para registro, propaganda, votação, apuração dos votos e demais aspectos correlatos à eleição, inclusive a impugnação de candidaturas que as desrespeitem.	Art. 53 - O Conselho Deliberativo baixará normas e instruções complementares, relativas a prazo para registro, propaganda, votação, apuração dos votos e demais aspectos correlatos à eleição, inclusive a impugnação de candidaturas que as desrespeitem.	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
§ 1º - À Diretoria Executiva competirá as tarefas de registro das candidaturas, supervisão e controle da propaganda, da votação e da apuração dos votos. § 2º - Ao Conselho Deliberativo competirá homologar os resultados da eleição.	§ 1º - À Diretoria Executiva competirá as tarefas de registro das candidaturas, supervisão e controle da propaganda, da votação e da apuração dos votos. § 2º - Ao Conselho Deliberativo competirá homologar os resultados da eleição.	
Art. 60 - Caberá ao Conselho Deliberativo deliberar sobre as eventuais situações que não ficarem esclarecidas pelas instruções mencionadas no artigo 59.	Art. 54 - Caberá ao Conselho Deliberativo deliberar sobre as eventuais situações que não ficarem esclarecidas pelas instruções mencionadas no artigo 53 .	Ajuste redacional para adequação à renumeração, em atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 61 - Caberá ao Conselho Deliberativo deliberar sobre a impugnação de candidaturas que violarem as normas e instruções estabelecidas.	Art. 55 - Caberá ao Conselho Deliberativo deliberar sobre a impugnação de candidaturas que violarem as normas e instruções estabelecidas.	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Capítulo 14 Das Disposições Gerais	Capítulo 13 Das Disposições Gerais	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.

Texto Atual	Texto Proposto	Justificativas
Art. 62 - Nenhum plano de benefício poderá ser criado, majorado ou estendido na Fundação sem que, em contrapartida, seja estabelecida a respectiva receita de cobertura	Art. 56 - Nenhum plano de benefício poderá ser criado, majorado ou estendido na Fundação sem que, em contrapartida, seja estabelecida a respectiva receita de cobertura	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 63 - Embora findo o mandato, os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva permanecerão no pleno exercício do cargo até a posse dos substitutos, não devendo esse prazo de permanência ultrapassar, em qualquer hipótese, a 90 (noventa) dias.	Art.57 - Embora findo o mandato, os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva permanecerão no pleno exercício do cargo até a posse dos substitutos, não devendo esse prazo de permanência ultrapassar, em qualquer hipótese, a 90 (noventa) dias.	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 64 - Nenhum ato que implicar em ônus financeiro para as Patrocinadoras poderá ser praticado sem as suas prévias anuências.	Art. 58 - Nenhum ato que implicar em ônus financeiro para as Patrocinadoras poderá ser praticado sem as suas prévias anuências.	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
	Art. 59 - Temas que versem especificamente sobre matéria relativa a regulamento de plano de benefícios, convênio de adesão ou plano de custeio serão tratados na forma prevista pela legislação vigente.	Inclusão para atender à exigência 01 disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Capítulo 15 Das Disposições Transitórias	Capítulo 14 Das Disposições Transitórias	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.
Art. 65 - As alterações relativas às novas composições dos Conselhos Deliberativo e Fiscal respeitarão a higidez dos respectivos mandatos de seus membros, que se encontrem vigentes quando da entrada em vigor deste Estatuto.	Art. 60 - As alterações relativas às novas composições dos Conselhos Deliberativo e Fiscal respeitarão a higidez dos respectivos mandatos de seus membros, que se encontrem vigentes quando da entrada em vigor deste Estatuto.	Renumerado. Inclusão da redação do artigo tendo em vista o disposto no Art. 5º, II, da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.
Art. 66 - Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelo órgão governamental competente.	Art. 61 - Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelo órgão governamental competente.	Renumerado em atendimento à atendimento à exigência 01, disposta na Nota Nº 962/2021/PREVIC, PROCESSO Nº44011.003106/2021-44.

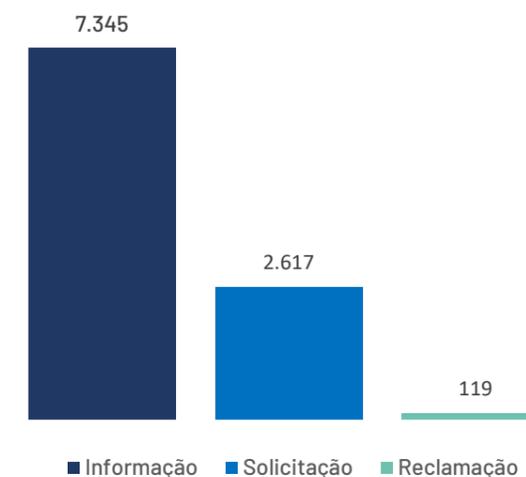
RELATÓRIO DE ATENDIMENTOS

Prestar um atendimento diferenciado faz parte dos valores e dos propósitos da Brasiletros. Para isso, buscamos estar sempre próximos e disponíveis para os participantes, principalmente, por meio dos nossos canais de comunicação. Ao todo foram atendidos 10.081 chamados, com a resolução de 100% das solicitações.

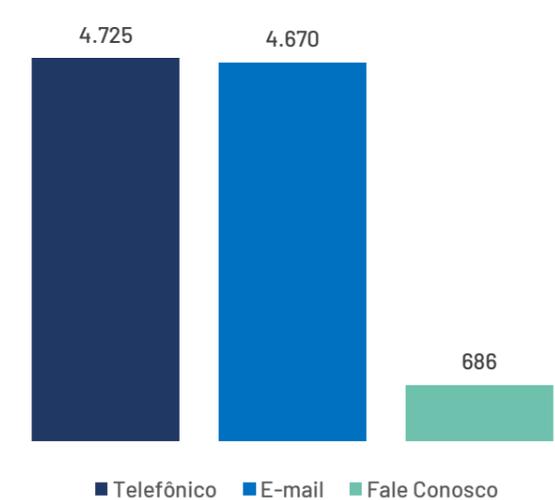
DISTRIBUIÇÃO DOS CHAMADOS POR ÁREA



CATEGORIA DE ATENDIMENTO 2021

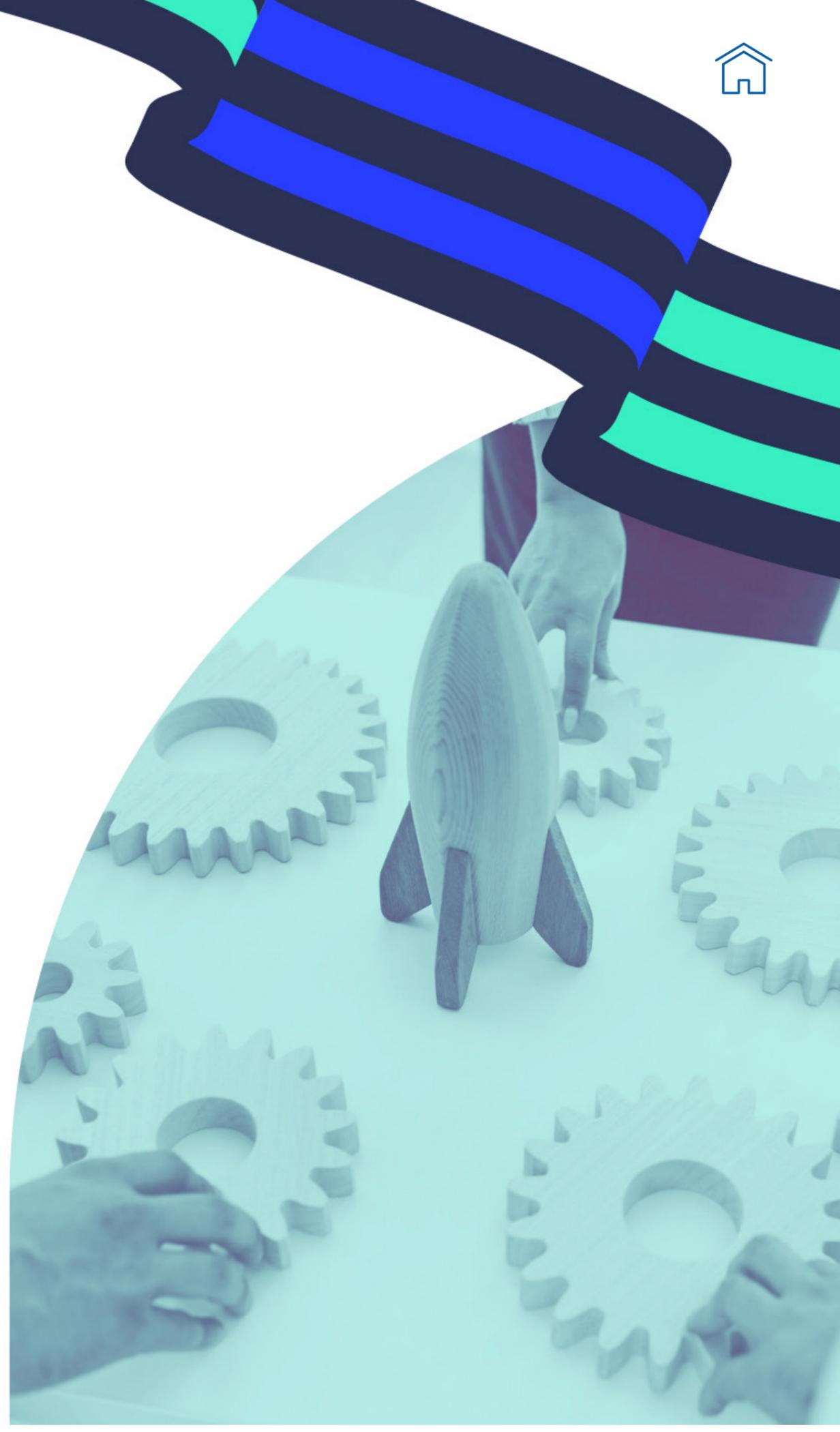


CANAIS DE ATENDIMENTO 2021





ATENDIMENTOS REALIZADOS 2020 - 2021





SEGURIDADE

7 | INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS

RECEITAS PREVIDENCIAIS

As receitas previdenciais de 2021 totalizaram R\$ 136 milhões, sendo R\$ 115 milhões do PCA e R\$ 21 milhões do PACV.

Receitas Previdenciais	PCA	PACV
A) Patrocinadores	111.890.223	15.327.778
Contribuição Normal	15.525	4.070.791
Contribuição Benefício de Risco	-	-
Contribuição Extraordinária	111.874.698	11.256.986
B) Participantes Ativos	19.510	5.919.791
Contribuição Básica	19.510	5.128.103
Contribuição Extraordinária	-	-
Contribuição Voluntária	-	10.000
Portabilidade	-	781.688
C) Participantes Autopatrocinados	-	598.598
Contribuição Básica	-	554.994
Contribuição Voluntária	-	43.605
D) Participantes Assistidos	2.614.844	-
Contribuição Assistido	2.614.844	-
Total (A+B+C+D)	114.524.577	21.846.167

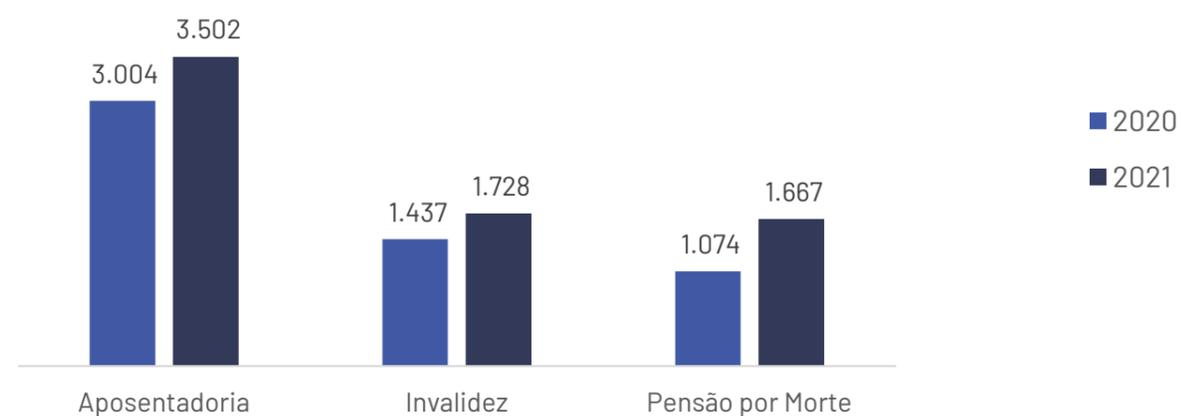
DESPESAS PREVIDENCIAIS

As despesas com benefícios de complementação de aposentadorias e pensões no exercício de 2021 totalizaram R\$ 116 milhões, sendo R\$ 85 milhões do PCA e R\$ 29 milhões do PACV.

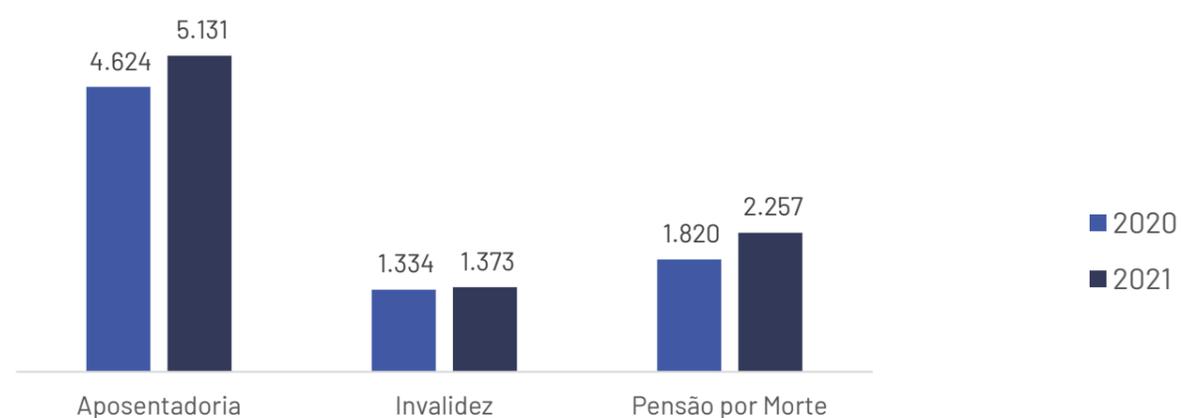
Despesas Previdenciais	PCA	PACV
A) Prestação Continuada	87.192.014	27.126.108
Aposentadorias	68.218.215	25.482.809
Pensão por Morte	18.973.798	1.643.299

B) Prestação Única	-	2.243.811
Aposentadorias	-	401.139
Pensão por Morte	-	34.708
Resgate por Desligamento	-	1.684.871
Portabilidade	-	123.093
TOTAL (A+B)	87.192.014	29.369.918

VALORES MÉDIOS DE BENEFÍCIO - PACV (R\$)



VALORES MÉDIOS DE BENEFÍCIO - PCA (R\$)

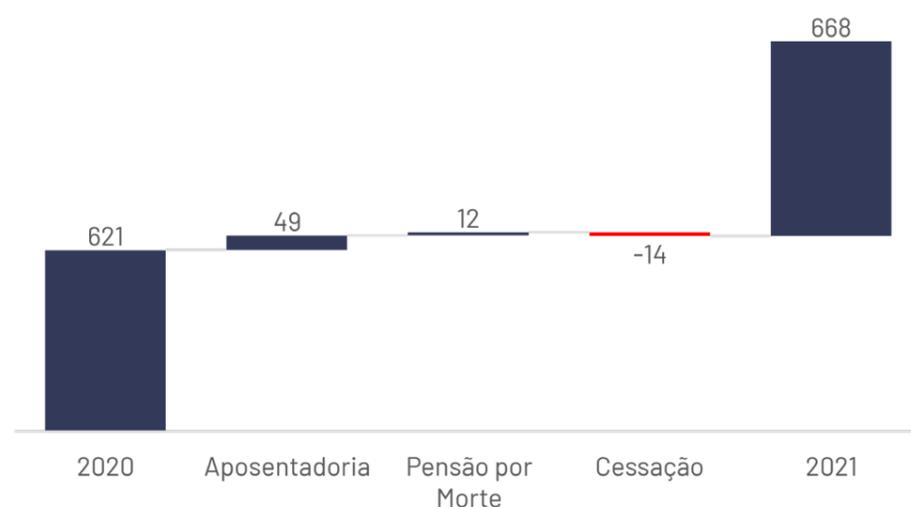


Os benefícios de renda vitalícia foram reajustados em outubro de 2021, com o índice de 10,78%, referente à variação do INPC de outubro de 2020 a setembro de 2021.

CONCESSÃO E ENCERRAMENTO DE BENEFÍCIOS

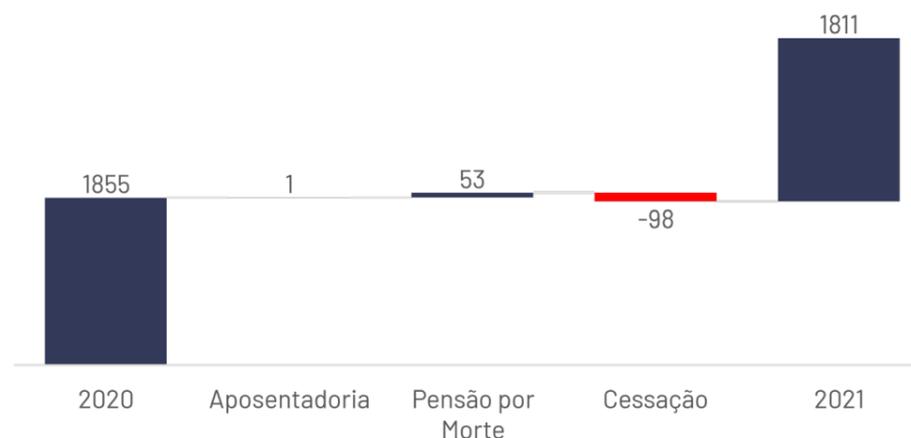
PACV

No PACV havia um total de 621 participantes assistidos e pensionistas em 31/12/2020. Em 2021 foram registrados 49 novas concessões de aposentadoria, 12 reversões de aposentadoria em pensão por morte e 14 encerramentos de benefícios, totalizando 668 pessoas.



PCA

No PCA havia um total de 1855 participantes assistidos e pensionistas em 31/12/2020. Em 2021 foram registrados 1 nova concessão de aposentadoria, 53 reversões de aposentadoria em pensão por morte e 98 encerramentos de benefícios, totalizando 1811 pessoas.

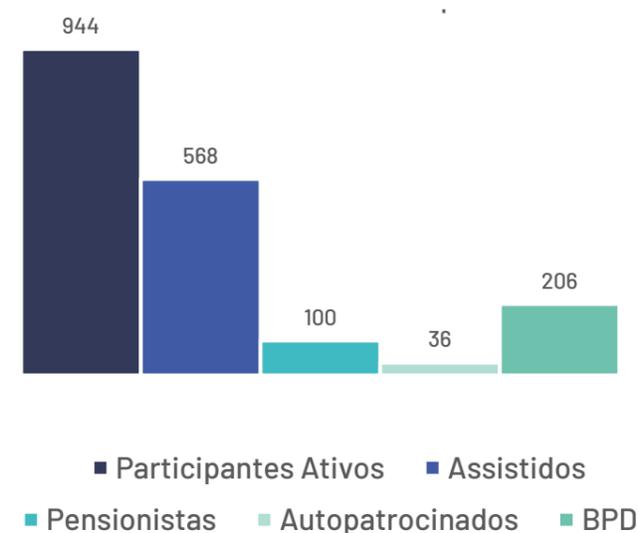


QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

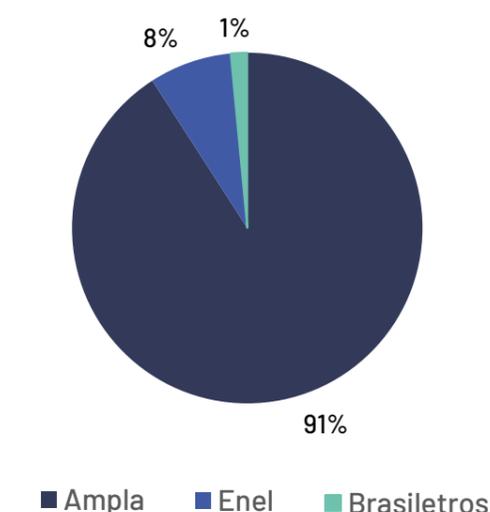
Em 2021, a Brasileiros encerrou o exercício com um total de 3.666 participantes, dentre os quais 945 são ativos, 1.654 assistidos, 825 beneficiários e 242 autopatrocinados e diferidos.

DESCRIÇÃO	2020			2021		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Totais	1.857	1.808	3.665	1.812	1.854	3.666
Participantes Ativos	2	944	946	1	944	945
Autopatrocinados	0	40	40	0	36	36
BPD	0	203	203	0	206	206
Assistidos	1.154	531	1.685	1.086	568	1.654
Pensionistas	701	90	791	725	100	825
Idade Média	74	50	62	76	51	63
Participantes Ativos	68	42	42	67	42	42
Autopatrocinados	0	44	44	0	44	44
BPD	0	42	42	0	43	43
Assistidos	75	66	72	77	68	74
Pensionistas	72	62	71	74	65	73

PARTICIPANTES PACV 2021

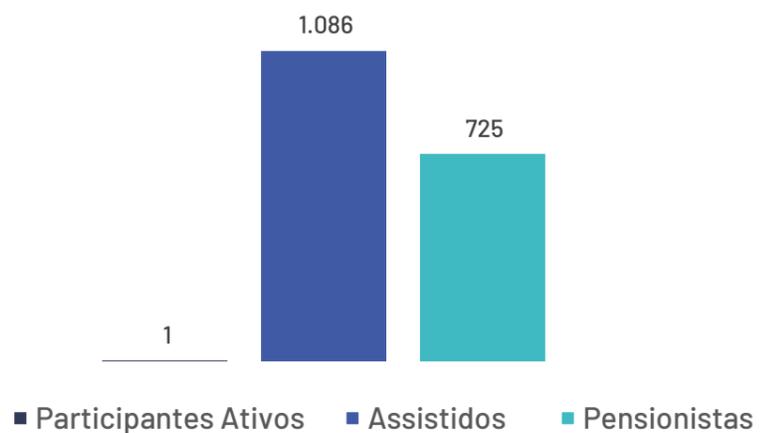


DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA



PARTICIPANTES PCA 2021

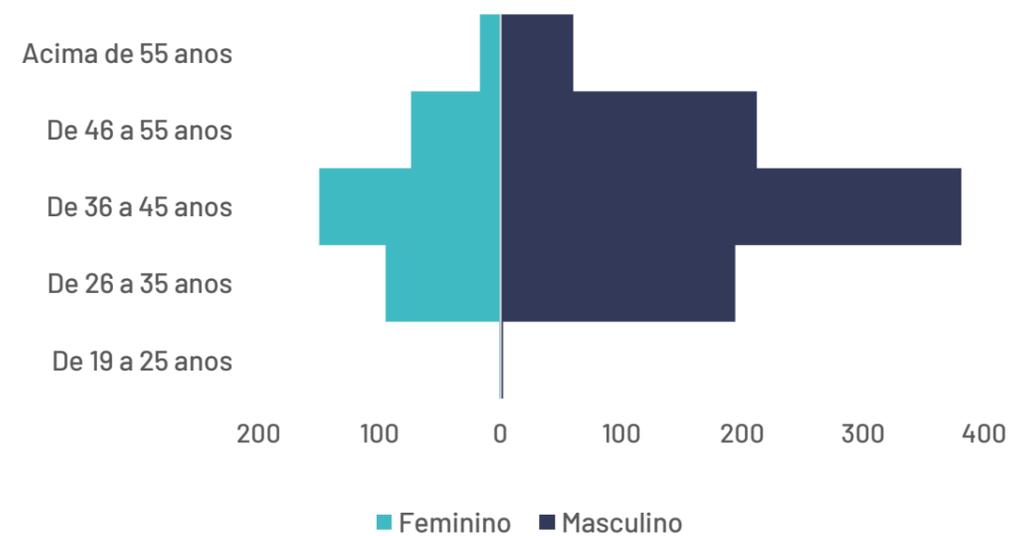
Apenas participantes da Ampla.



PIRÂMIDES ETÁRIAS 2021

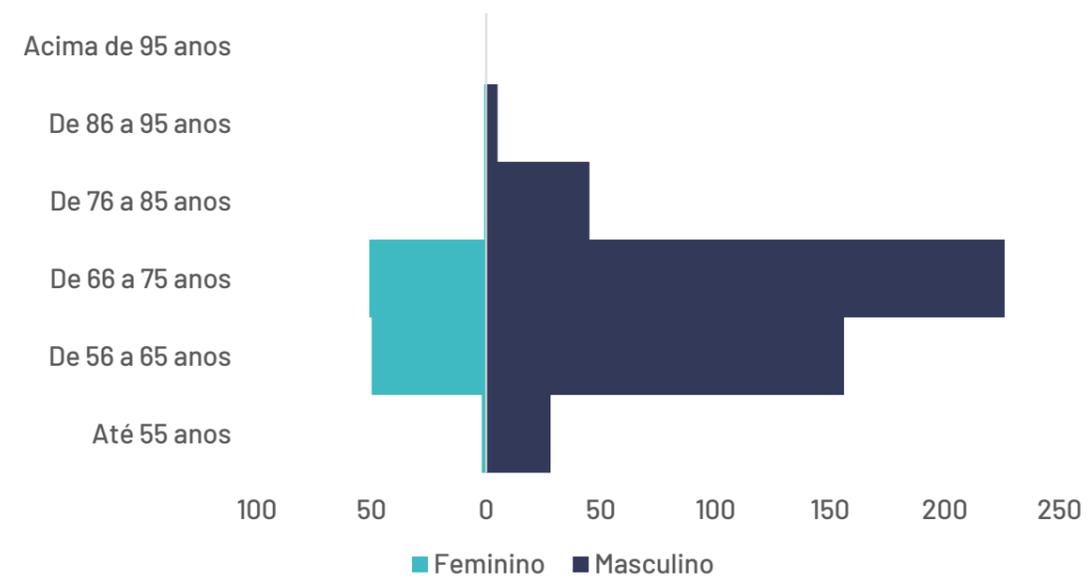
PARTICIPANTES ATIVOS DO PACV - 2021

Os participantes ativos do plano PACV em sua maioria são do gênero masculino, concentrados na faixa etária de 36 a 45 anos.



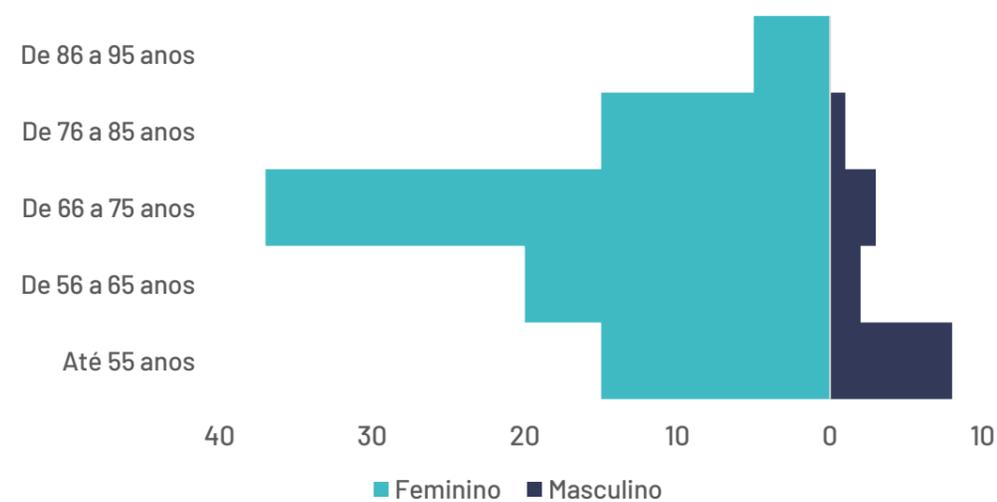
APOSENTADOS PACV - 2021

Para os participantes assistidos do PACV, tem-se uma grande concentração do gênero masculino predominantemente na faixa etária de 66 a 75 anos.



PENSIONISTAS PACV - 2021

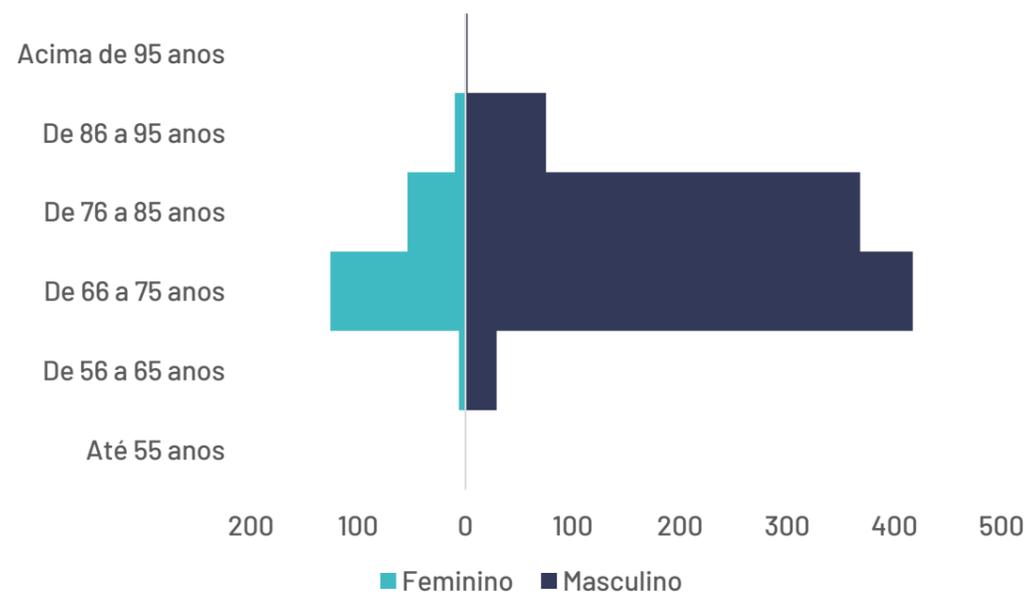
Para os participantes pensionistas do PACV, tem-se uma grande concentração do gênero feminino e na faixa etária de 66 a 75 anos.





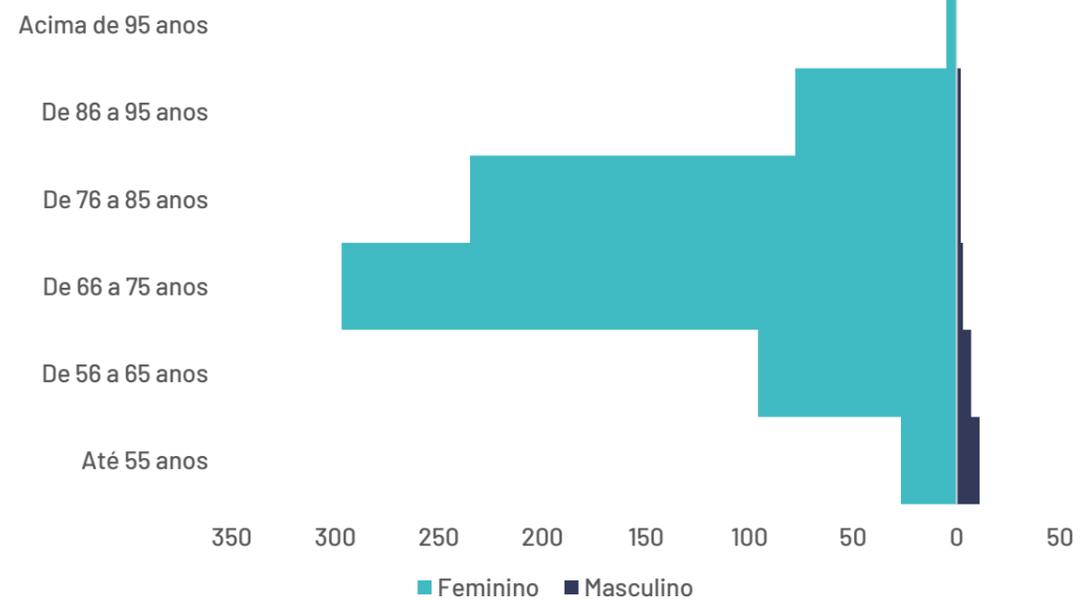
APOSENTADOS PCA- 2021

Para os participantes assistidos do PCA, tem-se uma grande concentração do gênero masculino predominantemente nas faixas etárias de 66 a 75 anos e 76 a 85 anos.



PENSIONISTAS PCA - 2021

Para os participantes pensionistas do PCA, a predominância se encontra no gênero feminino e concentrada na faixa etária de 66 a 75 anos.



PARECER ATUARIAL PACV

1. INTRODUÇÃO

Este Parecer Atuarial objetiva apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2021, elaborada pela Rodarte Nogueira, referente ao Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros, indicando o Plano de Custeio referente ao ano 2022.

A Avaliação Atuarial de 2021 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, aprovado pela PREVIC, conforme Portaria nº 490, de 16/09/2013, publicada no DOU em 17/09/2013;
- As informações cadastrais dos participantes ativos na data-base de setembro/2021 e de aposentados e pensionistas na data base de dezembro/2021, cuja coerência e consistência dos dados disponibilizadas pela entidade foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários, conforme item 2;
- Os demonstrativos contábeis do Plano em 2021 fornecidos pela Fundação;
- Premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais registrados no item 3, definidos observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

Em 31.12.2021, os Ativos Financeiros do PACV registram os seguintes montantes referentes aos saldos dos Contratos de Dívida dos patrocinadores:

- **R\$ 2.007.897,24** referente ao saldo remanescente, em 31.12.2021, do Contrato de Financiamento do acréscimo nas Provisões Matemáticas do Plano, para compensação do efeito de alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% a.a. para 0,00% a.a., em decorrência da determinação da Resolução CGPC nº 18, de 28.03.2006, referente aos participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói – STIEEN e o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro – SENGE/RJ, firmado em 30.04.2013 e os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense – STIEENNF, firmado em 07.08.2012. **Este valor deverá ser integralizado integralmente pela Ampla Energia e Serviços S.A;**
- **R\$ 101.510.567,26** correspondente ao saldo devedor, em 31.12.2021, do contrato de confissão de dívida firmado em 30.01.2015 entre a patrocinadora **AMPLA** e a Fundação AMPLA de Seguridade Social para equacionar o resultado deficitário do Plano apurado em

31.12.2014, revisto anualmente ao final de cada exercício em função de eventuais ganhos ou perdas apurados nas avaliações atuariais do plano.

2. BASE DE DADOS

2.1. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral dos Participantes ativos encaminhada pela Fundação encontra-se posicionada em 30.09.2021 e a dos assistidos está posicionada em 31.12.2021. As referidas bases de dados foram submetidas a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, sendo a exatidão e veracidade desses dados de responsabilidade da Entidade. identificação e correção de possíveis inconsistências.

2.2. CONSOLIDADO ESTATÍSTICO

As estatísticas apresentadas estão posicionadas na data-base de cada cadastro.

2.2.1. PARTICIPANTES ATIVOS E AUTOPATROCINADOS

Descrição	Masculino	Feminino	Total
Frequência	696	261	957
Inscrição	29,67	30,70	29,95
Idade Média (em anos) Atual	42,22	40,89	41,86
Aposentadoria	55,35	55,26	55,32
Tempo de Empresa Médio (em anos)	12,87	10,56	12,24
Tempo de Contribuição Médio (em anos)	12,5	10,13	11,86
Salário de Participação Médio	R\$ 8.344,36	R\$ 9.465,34	R\$ 8.650,07

A base de dados dos ativos não sofreu variação significativa em relação a base da avaliação atuarial de 2020.

2.2.2. PARTICIPANTES APOSENTADOS

Tipo de Aposentadoria	RENDA VITALÍCIA			RENDA POR PRAZO CERTO		
	Frequência	Suplementação Média	Idade Média	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Normal	193	R\$ 5.078,38	69,17	11	R\$ 5.758,93	60,46
Antecipada ¹	311	R\$ 2.420,80	65,92	9	R\$ 4.329,03	56,44
Invalidez	40	R\$ 1.696,77	63,98	1	R\$ 2.982,58	38,58
Total	544	R\$ 3.310,42	66,93	21	R\$ 5.013,91	57,69

¹ Inclui os participantes recebendo benefícios decorrentes da opção pelo BPD.

2.2.3. PENSÕES

Tipo de Aposentadoria	RENDA VITALÍCIA			RENDA POR PRAZO CERTO		
	Frequência	Suplementação Média	Idade Média	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	91	R\$ 1.402,02	-	5	R\$ 2.493,22	-
Pensionistas	99	-	62,63	7	-	29,32
Vitalícios	92	-	67,90	0	-	-
Temporários	7	-	17,44	7	-	29,32

Não foram observadas variações atípicas na base de dados de assistidos e pensionistas, entre 2020 e 2021, que apenas refletiram as novas concessões e a extinção de benefícios decorrentes de morte de assistido e de pensionistas ou de perda da qualidade de beneficiário.

3. HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

3.1. HIPÓTESES

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2021, destacam-se as indicadas a seguir:

Item	AA 2021	AA 2020
Taxa real anual de juros ¹	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Basic M&F	AT 2000 Basic M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49 M	AT 49 M
Hipótese sobre Composição de Famílias de Pensionistas	Ativos: 90% possuem dependentes. Assistido e BPD: Composição Familiar Real. Pensionistas: Composição Familiar Real.	Ativos: 90% possuem dependentes. Assistido e BPD: Composição Familiar Real. Pensionistas: Composição Familiar Real.
Hipóteses sobre rotatividade anual	4,99% a.a.	4,99% a.a.
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	-	-
Crescimento real anual esperado dos salários	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Inflação anual futura estimada – cálculo do fator de capacidade	3,12% a.a.	3,07% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (fator de capacidade)	98,50%	98,50%

¹ Adotada no desconto a valor presente.

3.2. ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES

As premissas acima foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Fundação à Rodarte Nogueira.

Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir:

3.2.1. ESTUDOS ESPECÍFICOS

- Estudo específico da Taxa de Juros: Relatório RN/BRASILETROS nº 002/2021, de 18.10.2021;
- Estudos específicos das Demais Hipóteses:
 - i. Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais – 2019 (PACV): Relatório RN/BRASILETROS nº 002/2019, de 07.11.2019;
 - ii. Estudo de Atualização e Adequação das Hipóteses Atuariais – 2020 (PCA e PACV): Relatório RN/BRASILETROS nº 004/2020, de 24.11.2020;
 - iii. Manifestação sobre as hipóteses atuariais (exceto taxa de juros) a serem adotadas na Avaliação Atuarial de 2021: RN/731/2021/BRASILETROS, de 08.10.2021.

3.2.2. DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO

- Diretoria Executiva: ATA 140ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, de 25.11.2021;
- Conselho Fiscal: ATA 081ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, de 29/11/2021 e Parecer de 29.11.2021;
- Conselho Deliberativo: ATA 056ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, de 30.11.2021.

Conforme definido nos documentos de aprovação supra, foram mantidas as hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2021, conforme Ofício RN/731/2021/BRASILETROS, de 08.10.2021.

3.3. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

Quanto aos Regimes Financeiros e Métodos Atuariais, manteve-se nessa avaliação o Regime de Capitalização e o Método Agregado para financiamento dos benefícios e Institutos do Plano estruturados na modalidade de Benefício Definido e o Regime de Capitalização e o Método de Capitalização Financeira para financiamento dos benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, considerados adequados aos benefícios aos quais são empregados.

4. PATRIMÔNIO SOCIAL, PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO, PROVISÕES E FUNDOS

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1999.0003-74, é um plano de caráter previdenciário, cujas Provisões Matemáticas de Benefício Definido Concedidos e a Conceder “não programado”, referentes ao encerramento do exercício de 2021, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2021, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31.12.2021, antes da integralização dos ganhos e perdas do exercício pelas patrocinadoras.

		31.12.2021 (R\$)
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	498.890.756,79
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	493.889.973,89
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	520.330.190,54
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	314.613.571,26
2.03.01.01.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	6.377.750,54
2.03.01.01.01.01.01	SALDO DE CONTA DOS ASSISTIDOS	6.377.750,54
2.03.01.01.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	308.235.820,72
2.03.01.01.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	278.579.223,66
2.03.01.01.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	29.656.597,06

2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	205.836.338,46
2.03.01.01.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	194.911.337,57
2.03.01.01.02.01.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	101.613.656,49
2.03.01.01.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	93.142.681,08
2.03.01.01.02.01.03	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EFPC	134.410,11
2.03.01.01.02.01.04	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EAPC	20.589,89
2.03.01.01.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	10.194.655,83
2.03.01.01.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	10.194.655,83
2.03.01.01.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	730.345,06
2.03.01.01.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	730.345,06
2.03.01.01.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-119.719,18
2.03.01.01.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-119.719,18
2.03.01.01.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-119.719,18
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-26.440.216,65
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-26.440.216,65
2.03.01.02.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-26.440.216,65
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	5.000.782,90
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.450.848,80
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	428.636,34
2.03.02.01.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS – PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	2.022.212,46
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.265.716,38
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	284.217,72

As Provisões Matemáticas de Contribuição Definida equivalem aos Saldos de Conta informados pela BRASILETROS para 31.12.2021, mantidos e atualizados pela entidade, sendo essas informações de sua responsabilidade.

O montante registrado na rubrica Benefícios a Conceder – Valor Atual dos Benefícios Futuros Programado corresponde ao valor total conferido aos participantes Ativos que se encontravam inscritos no Plano em 31.12.2006 e que nele permaneceram vinculados até a data dos acordos judiciais¹, em decorrência dos efeitos² da alteração da hipótese atuarial denominada “Crescimento

1 - Participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense – STIEENN (Base Campos), homologado em 07/08/2012 e Participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Niterói – STIEEN e do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro – SENGE/RJ (Base Niterói), homologado em 29/04/2013.

2 - Elevação das reservas dos benefícios concedidos e redução nos benefícios esperados em função da alteração dos

Real de Benefícios" de -1,5% ao ano Lag Negativo) para 0%, na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2006.

A referida alteração foi realizada em função da edição da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Os valores correspondentes a esses compromissos foram apurados de forma individual com base em estudo específico elaborado à época pela consultoria MERCER, sendo utilizado na composição da provisão matemática dos participantes ativos abrangidos no cálculo, exclusivamente na concessão do benefício a ser pago na forma de renda mensal vitalícia. Este montante é atualizado e informado pela Brasiletros, sendo essa informação de sua responsabilidade.

Registra-se que foi firmado Contrato de Financiamento entre a AMPLA e a Brasiletros referente à cobertura integral dos efeitos decorrentes da alteração da referida hipótese, cujos valores estão registrados nos Ativos Financeiros do Plano, em Operações Contratadas, na subconta "Outras Contratações".

A Provisão Matemática a Constituir, no valor de R\$ 119.719,18, foi informada pela Fundação e correspondem ao saldo de responsabilidade da Brasiletros, em 31.12.2021, relativamente ao Plano de Equacionamento de Déficit de 2014, aprovado pelo Conselho Deliberativo. É ajustado mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros e amortizado mediante pagamento das contribuições extraordinárias correspondentes, sendo revisto anualmente, ao final de cada exercício, em função de eventuais ganhos ou perdas apurados nas avaliações atuariais do plano.

Posto isto, tendo em vista as regras de ajuste dos saldos contratados, o resultado negativo do exercício de 2021 (R\$ 26.440.216,65) foi rateado entre as Patrocinadoras, considerando a proporção das parcelas de Benefício Definido do Plano referente aos Benefícios Concedidos e os Saldos com Garantia de Renda Vitalícia dos Benefícios a Conceder, vinculadas a cada uma delas, sendo o resultado apurado registrado a seguir.

			VALORES EM 31.12.2021 (R\$)	
Parcelas	AMPLA	ENEL	Brasiletros	Total
Parcela do Resultado - PMBC	-21.567.877,14		-327.815,87	-21.895.693,01
Parcela do Resultado - PMBAC	-4.219.445,20	-302.159,56	-22.918,88	-4.544.523,64
Total do Resultado	-25.787.322,34	-302.159,56	-350.734,75	-26.440.216,65

Considerando o rateio do resultado do exercício de 2021 apresentado anteriormente, o Saldo Devedor dos Contratos de Dívida referentes ao equacionamento do resultado deficitário apurado em 31.12.2014 apresenta a seguinte composição final em 31.12.2021:

			VALORES EM 31.12.2021 (R\$)	
Parcelas	AMPLA	ENEL	Brasiletros	Total
Saldo devedor ANTES da incorporação	-75.723.244,92	-	-119.719,18	-75.842.964,10
Resultado apurado em 31.12.2021	-25.787.322,34	-302.159,56	-350.734,75	-26.440.216,65
Saldo devedor DEPOIS da incorporação	-101.510.567,26	-302.159,56	-470.453,93	-102.283.180,75

Conforme ofício datado de 28.12.2021 da patrocinadora ENEL (Anexo 1), os recursos a ela conferidos no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, correspondente a R\$ 315.123,41 no final de 2021, foram utilizados na amortização integral da parcela a ela atribuível (R\$ 302.159,56) na divisão do resultado apurado no exercício de 2021

Para as patrocinadoras AMPLA e Brasiletros, a parcela que lhes coube no rateio do resultado apurado no exercício de 2021 foi acrescida ao saldo dos respectivos contratos.

Nesse sentido, demonstra-se a seguir a situação patrimonial de 31.12.2021 do PACV, com a elevação do Patrimônio Social e, conseqüentemente, do Patrimônio de Cobertura do Plano, após a incorporação ao saldo devedor do Contrato de dívida da AMPLA referente ao Déficit Técnico Contrato, registrado nos Ativos Financeiros do Plano, do montante a ela atribuível no rateio do resultado deficitário em 31.12.2021 (R\$ 25.787.322,34), e o registro das parcelas atribuíveis às demais patrocinadoras no referido rateio:

		31.12.2021 (R\$)
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	524.678.079,13
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	519.979.455,79
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	519.979.455,79
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	314.613.571,26
2.03.01.01.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	6.377.750,54
2.03.01.01.01.01.01	SALDO DE CONTA DOS ASSISTIDOS	6.377.750,54
2.03.01.01.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	308.235.820,72
2.03.01.01.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. - ASSISTIDOS	278.579.223,66
2.03.01.01.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. - ASSISTIDOS	29.656.597,06
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	205.836.338,46
2.03.01.01.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	194.911.337,57
2.03.01.01.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	101.613.656,49

2.03.01.01.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	93.142.681,08
2.03.01.01.02.01.03	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EFPC	134.410,11
2.03.01.01.02.01.04	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EAPC	20.589,89
2.03.01.01.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	10.194.655,83
2.03.01.01.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	10.194.655,83
2.03.01.01.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	730.345,06
2.03.01.01.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	730.345,06
2.03.01.01.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-470.453,93
2.03.01.01.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-119.719,18
2.03.01.01.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-119.719,18
2.03.01.01.03.02.01.01	(-) BRASILETROS	-119.719,18
2.03.01.01.03.03.00	(+ / -) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-350.734,75
2.03.01.01.03.03.01	(+ / -) PATROCINADOR(ES)	-350.734,75
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.03.01.02.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	--
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	4.698.623,34
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.148.689,24
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	126.476,78
2.03.02.01.01.00.00.01	AMPLA	37.171,38
2.03.02.01.01.00.00.02	BRASILETROS	76.341,55
2.03.02.01.01.00.00.03	ENEL	315.123,41
2.03.02.01.01.00.00.04	PARCELA DEDUZIDA DO SALDO - ENEL	-302.159,56
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS – PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	2.022.212,46
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.265.716,38
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	284.217,72

5. DURAÇÃO DO PASSIVO E AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

5.1. DURAÇÃO DO PASSIVO

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios definidos de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do PACV foi dimensionada em 115 meses ou 9,5495 anos.

5.2. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Como o PACV contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como mantidos até o vencimento, foi apurado pela Fundação o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2021, no valor positivo de R\$ 8.305.296,00.

Conforme estudo específico de convergência da taxa de juros de 2021 (item 3.2.1), a manutenção desses títulos, com vencimentos apenas nos anos de 2023, 2035, e 2045, não compromete a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano, mantidas as condições do estudo.

Na forma da legislação, se o plano registra reserva especial no final do exercício, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado. Caso o plano registre déficit técnico, o valor do ajuste de precificação positivo será deduzido do déficit acumulado e, se negativo, será acrescido, para fins de equacionamento.

Contudo, como o plano registra equilíbrio técnico nulo em 31.12.2021, o valor do ajuste de precificação não será utilizado em 31.12.2021.

6. RESULTADOS ATUARIAIS

6.1. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

Todos os participantes e assistidos do PACV estão agregados em um único grupo de custeio e, portanto, os itens a seguir se referem aos resultados apurados para o plano.

6.1.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os custos atuariais relativos aos benefícios de risco assegurados pelo Plano foram reavaliados atuarialmente na data desta Avaliação, considerando o excesso do encargo atuarial em relação aos saldos de conta projetado, sendo os benefícios programados apurados com base nas contribuições normais vertidas.

A tabela a seguir registra as contribuições previdenciais previstas para serem pagas em 2022, ora expressas em valores monetários, ora em percentual da folha de salário de participação dos participantes ativos e Autopatrocínados:

Especificação	Participantes	% Folha Ativo	Assistidos	%Folha Assist.	Patrocinador	%Folha Ativo	Total
Custo Total							10.399.411,44
Contrib. Previdenciárias	5.800.605,72	5,43%	-	-	4.598.805,72	4,31%	10.399.411,44
Normais	5.800.605,72	5,43%	-	-	4.250.482,86	3,98%	10.051.088,58
Extraordinárias ¹	-	-	-	-	348.322,86	0,33%	348.322,86

¹ Déficit (BRASILETROS)

O custo normal médio previsto para 2022 é de 9,41% (5,43% + 3,98%) da Folha de Salário-de-Participação estimada para 2022 (participantes ativos e autopatrocinados), apurado de acordo com os Regimes Financeiros e os Métodos de Financiamento adotados para todos os benefícios assegurados pelo Plano, o qual manteve-se praticamente estável em relação ao exercício anterior.

O custo total previdencial previsto para 2022, expresso em percentual da mesma folha anual, é de 9,74% (5,43% + 4,31%), inferior ao previsto nos anos anteriores, em razão de os saldos dos contratos da patrocinadora AMPLA terem sido transferidos para os ativos financeiros do plano, na forma da legislação, não integrando assim o cálculo das provisões matemáticas.

Não obstante, a tabela a seguir demonstra a distribuição dos custos previdenciais e de amortização dos contratos, previstos para 2022, conforme estabelecido no Plano de Custeio descrito no item 7.2.2, com referência a cada patrocinadora e aos participantes do plano, ora expressos em reais, ora em percentual da respectiva folha de salário-de-participação anual:

CUSTOS TOTAIS PREVISTOS PARA 2022		
Descrição	em R\$	% folha
PARCELA PATRONAL		
Custo Normal (% médio da folha anual total)	4.250.483	3,98%
AMPLA (1)	3.694.831	4,22%

BRASILETROS (1)	86.411	4,58%
ENEL (1)	469.240	4,62%
Autopatrocínados	-	0,00%
Prestação Contratos (% médio da folha AMPLA e Brasileiros)	16.517.309	18,47%
AMPLA - Prestação Contrato Campos e Niterói (1)	1.574.874	1,95%
AMPLA - Prestação Déficit (1)	14.594.113	16,67%
BRASILETROS - Contribuição Déficit (1)	348.323	18,44%
ENEL - Contribuição Déficit (2)	-	0,00%
PARCELA PARTICIPANTES (ATIVOS E AUTOPATROCINADOS)		
Contribuição Normal	5.800.606	5,43%
FOLHA ANUAL TOTAL DE SALÁRIOS (R\$)	106.913.471	

(1) - Percentual apurado sobre a folha de cada Patrocinadora, excluídos os autopatrocinados.

(2) - Custeado com recursos do seu Fundo de Reversão.

6.1.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

O Plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, possuindo, em 31.12.2021, provisões matemáticas constituídas em Contribuição Definida e em Benefício Definido.

Na parcela de Contribuição Definida, as provisões matemáticas são identificáveis aos saldos de conta, mantidos e atualizados pela entidade com base na variação da cota patrimonial do plano, observando-se variação negativa de R\$ 4.914.978,86 entre 2020 e 2021.

Quanto à parcela constituída na modalidade de Benefício Definido, as provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder¹, reavaliadas em 31.12.2021², são R\$ 45.909.310,92 superiores àquelas registradas em 31.12.2020 (sem considerar os valores da provisão matemática a constituir transferidas para os Ativos do Plano em 01.01.2021), sendo R\$ 25.780.363,35 estimado como decorrente do crescimento inerente ao modelo (atualização monetária e juros, dedução de benefícios pagos e adição de contribuições, se houver) e R\$ 20.128.947,57 como decorrente da concessão de novos benefícios oriundos da parcela CD e do ajuste de experiência³.

Em síntese, as provisões matemáticas variaram R\$ 40.994.332,06 entre 2020 e 2021, como reflexo das atualizações e concessões de benefícios inerentes ao modelo em que está estruturado o plano, não se observando perdas ou ganhos atuariais decorrentes de alteração de hipóteses.

¹ - Inclui o valor registrado na rubrica Benefícios a Conceder - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programado, mantido e atualizado pela Brasileiros.

² - Valor dos saldos dos contratos transferido para o Ativo financeiro do PACV em 01.01.2021: R\$ 78.298.386,92.

³ - Considera as variações cadastrais (+ / -), como revisão de benefícios, extinção de benefícios etc., e ajustes decorrentes da passagem do tempo como sobrevivência (+) / mortalidade (-) acima da esperada, etc.

Cabe destacar que 99,65% do Passivo Atuarial de Benefícios a Conceder são provenientes dos Saldos de Conta formados pelas contribuições dos Participantes e Patrocinadores e do montante correspondente à compensação da alteração da hipótese de Crescimento Real do Benefício dos Participantes que ainda não estão em gozo de benefício, cujas informações são de responsabilidade da Brasiletros.

6.1.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Quanto às provisões matemáticas constituídas na modalidade de Contribuição Definida, não há riscos atuariais envolvidos, mas tão somente riscos financeiros.

Já em relação às parcelas de benefício definido, os principais riscos atuariais ao qual o plano está exposto são inerentes ao modelo em que estão estruturados os benefícios definidos avaliados, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros do plano.

Para mitigar os riscos atuariais do modelo, valem as recomendações de sempre: acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses, ajustando-as sempre que recomendado.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2021 do Plano, foram aprovadas pela Fundação, sendo subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Fundação por meio de Estudos Específicos, identificados no item 3.2.1.

6.1.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O PACV não registra insuficiência de cobertura em 31.12.2021 posto que o resultado negativo do exercício de 2021, apurado em R\$ 26.440.216,65, foi integralizado pelas patrocinadas, na forma especificada a seguir:

- i. **AMPLA:** a parcela do resultado negativo de 2021 atribuível a esta Patrocinadora (R\$ 25.787.322,34) foi acrescido ao seu Contrato de Confissão de Dívida – Déficit Equacionado, registrado nos Ativos Financeiros do Plano;
- ii. **ENEL:** a parcela do resultado negativo de 2021 atribuível a esta Patrocinadora (R\$ 302.159,56) foi quitada em parcela única com recursos do Fundo Previdencial a ela vinculado;
- iii. **Brasiletros:** a parcela do resultado negativo de 2021 atribuível a esta Patrocinadora (R\$ 350.734,75) foi integralmente incorporado à conta Déficit Equacionado da Provisão Matemática a constituir.

6.2. EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

6.2.1. REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Fundo de Reversão de Contribuição encontra-se registrado na Conta Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, conforme Plano de Contas, sendo constituído pela Parcela do Saldo de Conta Total de Participante que não foi destinada ao pagamento de Benefícios ou Institutos. É mantido e atualizado pela Brasiletros e segregado por patrocinadora, sendo os valores registrados nesse fundo de sua responsabilidade. Os saldos serão destinados pelo Conselho Deliberativo e deverão estar embasados no Plano de Custeio Anual e Parecer do Atuário, além de observar os dispositivos legais.

O Fundo de Cobertura da Conta Coletiva de Risco é constituído pela diferença positiva entre o saldo da Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Invalidez e Morte do Ativo, mantida e atualizada pela Brasiletros, e o Valor Atual dos Benefícios não programados da provisão matemática de benefícios a conceder. Ao Fundo serão incorporados os ganhos e perdas atuariais.

6.2.2. VARIAÇÃO DO RESULTADO

Em 2021, apurou-se resultado negativo de R\$ 26.440.216,65, decorrente, principalmente, do retorno dos investimentos no período que não atingiu a meta atuarial, sendo este montante integralizado pelas patrocinadoras, conforme especificado 6.1.4.

6.2.3. NATUREZA DO RESULTADO

Atribui-se natureza conjuntural ao resultado negativo do plano em 2021 e integralizado pelas patrocinadoras, conforme especificado 6.1.4, pois reflete os efeitos do cenário macroeconômico atual, muito afetado pela pandemia da COVID 19.

6.2.4. SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

Conforme exposto, o PACV não registra déficit técnico em 31.12.2021.

6.2.5. ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os Regimes Financeiros e Métodos Atuariais adotados no financiamento dos benefícios do plano, conforme especificado no item 3.3, são considerados adequados haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

6.2.6. OUTROS FATOS RELEVANTES

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos (Previdenciais, Administrativos e para garantia das Operações) e Exigíveis, bem como os saldos de conta da parcela de contribuição definida e o valor referente ao compromisso "Lag Negativo", considerados na apuração dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 do PACV, foram informados pela Brasiletros, sendo o dimensionamento desses valores de exclusiva responsabilidade da Entidade.

7. PLANO DE CUSTEIO

Registra-se, a seguir, o Plano de Custeio adotado no dimensionamento do fluxo contributivo futuro, para avaliação inicial da situação econômico-financeira do Plano, que prevê o recolhimento, pelos participantes, assistidos e patrocinador, de contribuições normais.

7.1. CUSTEIO DOS PARTICIPANTES

7.1.1. CUSTEIO NORMAL

Custeio Normal dos Participantes		Taxa Aplicada Plano de Custeio Vigente (a partir de janeiro/2022)
Participantes	O Participante Ativo efetuará Contribuição Básica mensal resultante da aplicação sobre o seu Salário Real de Contribuição de um percentual inteiro, determinado a seu critério, observando-se o mínimo de 2% (dois por cento).	A partir de 2,00%
Participantes Autopatrocinados		A partir de 4,00%

7.2. CUSTEIO DOS PATROCINADORES

7.2.1. CUSTEIO NORMAL

Custeio Normal	Taxa Aplicada Plano de Custeio Vigente (a partir de janeiro/2022)
Patrocinador	A Patrocinadora efetuará Contribuição Normal mensal equivalente a 100% (cem por cento) da Contribuição Básica efetuada pelo Participante Ativo, até o máximo de 5% (cinco por cento) do seu Salário Real de Contribuição.

As Contribuições Normais mensais dos Patrocinadores, correspondentes ao custo normal, equivalem a aproximadamente 3,98% da Folha de Salários de Participação para 2022.

7.2.2. CUSTEIO EXTRAORDINÁRIO

7.2.2.1. CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

De valor calculado atuarialmente, é destinada ao financiamento do Saldo Conta Projetada, para os casos de Invalidez e Morte.

Não estão previstas Contribuições Especiais para o próximo exercício, posto haver recursos suficientes na Conta Coletiva para cobertura dos custos atuariais no ano para esses benefícios.

7.2.2.2. CONTRATO CAMPOS E NITERÓI

A **Patrocinadora AMPLA** deverá efetuar contribuição extraordinária em 2022 para amortização do Contrato de Financiamento do acréscimo nas Provisões Matemáticas do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável decorrente da alteração da hipótese de Crescimento Real de Benefício, cujos valores são mantidos sob controle da Fundação, sendo o saldo em 31.12.2021, registrado nos Ativos Financeiros do Plano na Conta – Operações Contratadas, no valor R\$ 2.007.897,24.

O contrato tem vigência até 31.08.2022 para a base Campos e 30.04.2023 para a base Niterói, sendo o prazo remanescente de amortização de 8 meses para a base Campos e de 1 ano e 4 meses para a base Niterói a partir de 31.12.2021.

7.2.2.3. CONTRATO DÉFICIT EQUACIONADO

Caberá ainda à **Patrocinadora AMPLA** efetuar contribuição extraordinária em 2022 no valor de R\$ 14.594.112,93, apurada em 31.12.2021, e paga em 12 parcelas mensais a serem revistas em 01/04/2022, para amortização do Contrato de Confissão de Dívida de equacionamento de déficit, cujo saldo em 31.12.2021, registrado nos Ativos Financeiros do Plano, na Conta – Operações Contratadas – Déficit Técnico Contratado, é de **R\$ 101.510.567,26**, já acrescido do montante de R\$ 25.787.322,34 correspondente a parcela do rateio do resultado de 2021 do PACV a ela atribuível.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar vinculado à Patrocinadora AMPLA poderá ser utilizado na amortização da sua dívida contratada, enquanto houver recursos.

O contrato tem vigência até 31.03.2030, sendo o prazo remanescente de amortização do contrato da **patrocinadora AMPLA** de 8 anos e 3 meses a partir de 31.12.2021.

Da mesma forma, caberá à **Patrocinadora BRASILETROS** efetuar contribuição extraordinária em 2022, apurada em 31.12.2021 no valor de R\$ 348.322,86, sendo que o montante de R\$ 327.815,87 referente à parcela do déficit do benefício concedido deverá ser quitado em parcela única, conforme o disposto no Plano de Equacionamento do Déficit da Avaliação Atuarial de 2014.

O valor remanescente, R\$ 20.506,99, equivalente a aproximadamente 1,09% da folha de salário real de

contribuição de todos os seus participantes ativos, e pagas em 13 parcelas mensais, a serem revistas em 01/04/2022, para amortização da Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado a ela atribuída, cujos valores são mantidos sob controle da Fundação.

O Plano de Equacionamento de Déficit tem vigência até 31.03.2030, sendo o prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado da **Patrocinadora BRASILETROS** é de 8 anos e 3 meses a partir de 31.12.2021.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar vinculado à **Patrocinadora ENEL** será utilizado na amortização integral da parcela do resultado apurado em 31.12.2021 atribuível a ela (R\$ 302.159,56), não lhe sendo devido recolhimento de contribuições extraordinárias em 2022.

Do ponto de vista atuarial, não fazemos óbice à utilização do referido Fundo para pagamento da parcela do resultado de responsabilidade da Patrocinadora, uma vez que o Fundo vinculado à esta tem recursos suficientes para quitar o saldo devedor e que esta utilização não traz impacto ao resultado do Plano.

7.3. CUSTEIO DOS ASSISTIDOS

Não aplicável.

7.4. PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O custo intencionado para a cobertura das despesas administrativas do PACV monta o valor de R\$ 2.246.557,34, correspondente ao percentual de 2,15% a ser descontado da folha de Salário Real de Contribuição das patrocinadoras ENEL e AMPLA de 01/2022 a 12/2022, incluso o 13º.

O custeio das despesas administrativas relativas aos Participantes Autopatrocinaados é de sua responsabilidade e se dará da mesma forma estabelecida para as Patrocinadoras, ENEL e AMPLA.

O PACV tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela Fundação.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2022.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070

Cássia Maria Nogueira
Sócia Consultora Sênior – Previdência
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049

9

PARECER ATUARIAL PCA

1. INTRODUÇÃO / OBJETIVO

Este Parecer Atuarial objetiva apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2021, elaborada pela Rodarte Nogueira, referente ao Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA, estruturado na modalidade de benefício definido e administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social (Brasiletros), indicando o Plano de Custeio referente ao ano 2022.

A Avaliação Atuarial de 2021 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA), aprovado pela PREVIC, conforme Portaria nº 486, de 16/09/2013, publicada no DOU em 17/09/2013;
- As informações cadastrais de aposentados e pensionistas na data base de dezembro/2021 e do participante ativo na data-base de setembro/2021, cuja coerência e consistência dos dados disponibilizadas pela entidade foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários, conforme item 2;
- Os demonstrativos contábeis do PCA em 2021 fornecidos pela Fundação;
- Premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais registrados no item 3, definidos observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

Além das informações cadastrais de Participantes, aposentados e pensionistas, foram disponibilizados pela entidade as informações atualizadas dos assistidos que pleiteiam a revisão de seus benefícios pelo reajuste da URV, base adotada na reavaliação do Fundo de Demandas Judiciais, instituído no exercício de 2012 com o objetivo de provisionar o provável acréscimo na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos decorrente dessa revisão.

Conforme estabelecido em legislação específica, os montantes referentes à Operações Contratadas com patrocinador, registradas em Provisão Matemática a Constituir até 31.12.2020, foram transferidos para os Ativos financeiros em 01.01.2021.

2. BASE DE DADOS

2.1. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral do único participante ativo encaminhada pela Fundação encontra-se posicionada em 30.09.2021 e a dos assistidos está posicionada em 31.12.2021. As referidas bases de dados foram submetidas a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Ressalta-se que tal análise possui limitações de escopo, sendo a exatidão e a veracidade desses dados de responsabilidade da Entidade.

2.2. CONSOLIDADO ESTATÍSTICO

As estatísticas apresentadas estão posicionadas na data-base de cada cadastro.

2.2.1. PARTICIPANTES ATIVOS E AUTOPATROCINADOS

Sexo	Frequência	Idade (em anos)		Tempo Empresa (em anos)	Tempo Plano (em anos)	Idade Média aposentadoria (em anos)	Folha Anual
		Inscrição	Atual				
Masculino		24,33	67,83	43,50	43,50	67,58	R\$ 250.909,23
Feminino	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1	24,33	67,83	43,50	43,50	67,58	R\$ 250.909,23

Dos participantes ativos em 2020, 1 se aposentou e o outro permanece em atividade.

2.2.2. PARTICIPANTES APOSENTADOS

Tipo de Aposentadoria	Frequência	Suplementação Média	Contribuição Média	Idade Média (em anos)
Tempo de Contribuição	1027	R\$ 5.250,88	R\$ 209,49	75,43
Idade	1	R\$ 1.749,89	R\$ 30,62	97,50
Especial	31	R\$ 1.279,49	R\$ 23,41	82,01
Invalidez	28	R\$ 1.373,21	R\$ 32,96	74,05
TOTAL	1087	R\$ 5.034,51	R\$ 199,47	75,60

2.2.3. PENSÕES

Tipo de Beneficiário	Frequência	Suplementação Média	Idade Média (em anos)
Pensões	727	R\$ 2.257,00	-
Pensionistas	763	-	70,75
Beneficiários Vitalícios	753	-	73,91
Beneficiários Temporários	10	-	19,76

Não foram observadas variações atípicas na base de dados de assistidos e pensionistas, entre 2020 e 2021, que apenas refletiram as novas concessões e a extinção de benefícios decorrentes de morte de assistido e de pensionistas ou de perda da qualidade de beneficiário.

3. HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

3.1. HIPÓTESES

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2021, destacam-se as indicadas a seguir:

Item	AA 2021	AA 2020
Indexador Econômico do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
Taxa real anual de juros 1	4,98% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 BASIC M&F	AT 2000 Basic M&F
Tábua de Entrada em Invalidez 2	-	-
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49 M	AT 49 M
Hipótese sobre Composição de Famílias de Pensionistas 3	-	-
Hipóteses sobre rotatividade anual 2	-	-
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	-	-
Crescimento real anual esperado dos salários 2	-	-
Inflação anual futura estimada - cálculo do fator de capacidade	3,20% a.a.	3,07% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (fator de capacidade) 4	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9850	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9850

1 Adotada no desconto a valor presente.

2 Hipótese não utilizada. O participante ainda em atividade já está elegível ao benefício programado integral.

3 Hipótese não utilizada. Os cálculos são realizados considerando a composição familiar real.

4 Fator determinado com base em inflação média projetada variável de 3% a 4%

3.2. ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES

As premissas relacionadas no Item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à Rodarte Nogueira.

Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir:

3.2.1. ESTUDOS ESPECÍFICOS

- Estudo específico da Taxa de Juros: Relatório RN/BRASILETROS nº 001/2021, de 18.10.2021;
- Estudos específicos das Demais Hipóteses:
 - i. Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais – 2019 (PCA): Relatório RN/BRASILETROS nº 001/2019, de 07.11.2019;
 - ii. Estudo de Atualização e Adequação das Hipóteses Atuariais – 2020 (PCA e PACV): Relatório RN/BRASILETROS nº 004/2020, de 24.11.2020;
 - iii. Manifestação sobre as hipóteses atuariais (exceto taxa de juros) a serem adotadas na Avaliação Atuarial de 2021: RN/731/2021/BRASILETROS, de 08.10.2021.

3.2.2. DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO

- Diretoria Executiva: ATA 140ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, de 25.11.2021;
- Conselho Fiscal: ATA 081ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, de 29.11.2021 e Parecer de 29.11.2021;
- Conselho Deliberativo: ATA 056ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, de 30.11.2021.

Conforme definido nos documentos de aprovação supra, a hipótese da taxa de juros atuarial foi reduzida de 5,0% a.a. para 4,98% a.a., sendo mantidas as demais hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2021, conforme Ofício RN/731/2021/BRASILETROS, de 08.10.2021.

3.3. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

O Regime Financeiro e o Método de Financiamento não foram alterados, mantendo-se o Regime de Capitalização conjugado com o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios e institutos do PCA, considerados adequados aos benefícios aos quais são empregados.

4. PATRIMÔNIO SOCIAL, PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO, PROVISÕES E FUNDOS

O Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA), registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1972.0001-11, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais referentes ao encerramento do exercício de 2021 foram determinadas a partir dos resultados da respectiva Avaliação Atuarial de 31.12.2021, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31.12.2021, antes da revisão do Contrato de Refinanciamento do Compromisso de Reservas a Amortizar entre a AMPLA e a Fundação AMPLA de Seguridade Social:

		Valores em (R\$)
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	878.234.374,16
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	866.143.708,68
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	912.357.989,90
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	910.432.558,27
2.03.01.01.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	910.432.558,27
2.03.01.01.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	699.634.504,62
2.03.01.01.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	210.798.053,65
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.925.431,63
2.03.01.01.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	1.925.431,63
2.03.01.01.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	1.958.509,77
2.03.01.01.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-17.919,07
2.03.01.01.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-15.159,07
2.03.01.01.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	-
2.03.01.01.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	-
2.03.01.01.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT A INTEGRALIZAR	-

2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-46.214.281,22
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-46.214.281,22
2.03.01.02.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-46.214.281,22
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	12.090.665,48
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	6.490.502,58
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TECNICA ATUARIAL	6.490.502,58
2.03.02.01.03.01.00	FUNDO DE COBERTURA DE DEMANDAS JUDICIAIS	6.490.502,58
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	4.233.875,37
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTIC	1.366.287,53

O Fundo de Demandas Judiciais foi recalculado por esta consultoria na data da Avaliação Atuarial, considerando a diferença positiva entre as Provisões Matemáticas Individualizadas dos assistidos que terão seus benefícios revisados pelo reajuste da URV e as Provisões Matemáticas da Avaliação Atuarial de 2021 desses mesmos assistidos. De acordo com este critério, o Fundo recalculado monta, em 31.12.2021, R\$ 6.490.502,58.

Conforme documentação disponibilizada à entidade, o resultado negativo apurado em 31.12.2021, no valor de (R\$ 46.214.281,22) será incorporado ao Contrato de Refinanciamento do Compromisso de Reservas a Amortizar entre a AMPLA e a Fundação AMPLA de Seguridade Social.

Nesse sentido, demonstra-se a seguir a situação patrimonial final de 31.12.2021 do PCA, com a elevação do Patrimônio Social e, conseqüentemente, do Patrimônio de Cobertura do Plano, após a incorporação do montante correspondente ao resultado deficitário apurado em 31.12.2021 (R\$ 46.214.281,22) ao saldo devedor do referido Contrato registrado nos Ativos do plano em 31.12.2021:

		Valores em (R\$)
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	924.448.655,38
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	912.357.989,90
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	912.357.989,90
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	910.432.558,27
2.03.01.01.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	910.432.558,27
2.03.01.01.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. - ASSISTIDOS	699.634.504,62
2.03.01.01.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. - ASSISTIDOS	210.798.053,65
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.925.431,63

2.03.01.01.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	1.925.431,63
2.03.01.01.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	1.958.509,77
2.03.01.01.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-17.919,07
2.03.01.01.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-15.159,07
2.03.01.01.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	-
2.03.01.01.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	-
2.03.01.01.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.01.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT A INTEGRALIZAR	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	12.090.665,48
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	6.490.502,58
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TECNICA ATUARIAL	6.490.502,58
2.03.02.01.03.01.00	FUNDO DE COBERTURA DE DEMANDAS JUDICIAIS	6.490.502,58
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	4.233.875,37
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTIC	1.366.287,53

5. DURAÇÃO DO PASSIVO E AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

5.1. DURAÇÃO DO PASSIVO

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios definidos de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do PCA foi dimensionada em 97 meses ou 8,1118 anos.

5.2. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Como o PCA contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como mantidos até o vencimento, foi apurado pela Fundação o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2021, no valor positivo de R\$ 40.126.960,00.

Conforme estudo específico de convergência da taxa de juros de 2021 (item 3.2.1), a manutenção desses títulos, com grande representatividade de vencimentos nos anos de 2023, 2035, e 2040, não compromete a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano, mantidas as condições do estudo.

Na forma da legislação, se o plano registra reserva especial no final do exercício, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado. Caso o plano registre déficit técnico, o valor do ajuste de precificação positivo será deduzido do déficit acumulado e, se negativo, será acrescido, para fins de equacionamento.

No entanto, como o plano registra equilíbrio técnico nulo em 31.12.2021, o valor do ajuste de precificação não se aplica em 31.12.2021.

6. RESULTADOS ATUARIAIS

6.1. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

Todos os participantes e assistidos do PCA estão agregados em um único grupo de custeio e, portanto, os itens a seguir se referem aos resultados apurados para o plano.

6.1.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O custo global dos benefícios avaliados pelo Método Agregado corresponde à diferença entre o total dos compromissos avaliados por esse método e a parcela patrimonial constituída. Dividindo-se essa diferença pelo valor atual da folha de salário-real-de-benefício, obtém-se o percentual do custo global dos benefícios avaliados pelo Método Agregado em relação à referida folha. Assim, o custo médio anual dos benefícios avaliados por esse método é obtido aplicando-se à folha de salário de participação do ano o percentual do custo global.

Por corresponder a um valor médio anual, e que já considera o abatimento do excedente patrimonial, o custo previdencial normal dos benefícios avaliados pelo método agregado pode não corresponder à contribuição normal esperada em cada período. Assim, o custo esperado para os próximos 12 meses é identificado ao montante das contribuições normais previstas para serem pagas nesse mesmo período, dimensionadas com base no Plano de Custeio descrito vigente.

A tabela a seguir registra as contribuições previstas para serem pagas em 2022:

Especificação	Participantes	% Folha Ativo	Assistidos	%Folha Assist.	Patrocinador	%Folha Ativo	Total
Custo Total							2.856.089
Contrib. Previdenciárias	17.919	7,14%	2.820.251	3,96%	17.919	6,04%	2.856.089
Normais	17.919	7,14%	2.820.251	3,96%	17.919	6,04%	2.856.089
Extraordinárias	-	-	-	-	-	-	-

O custo normal previsto para 2022 é de 13,18% da Folha de Salário-de-Participação do único participante ativo, pouco superior ao apurado em 2020 (11,96%), como efeito da aposentadoria de um dos participantes ativos, e de 3,96% da Folha de Benefícios para os assistidos do plano.

Além das contribuições normais previstas para 2022, caberá a patrocinadora a cobertura das despesas administrativas do plano, com custo estimado em R\$ 2.367.000,00 para 2022, e o pagamento do montante correspondente ao resultado deficitário de 31.12.2021, no valor de R\$ 46.214.281,22, previsto para ser pago até 31.03.2022, conforme documentação disponibilizada à entidade.

6.1.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas reavaliadas em 31.12.2021 variaram R\$ 50.239.759,82 em relação àquelas apuradas em 31.12.2020 (sem o valor da PMaC de 31.12.2020 (R\$ 101.824.535,83), transferido para os Ativos do plano em 01.01.2021), sendo R\$ 51.114.347,63 apurado como decorrente do crescimento inerente à atualização das Provisões Matemáticas, R\$ 1.377.252,79 como perda resultante da redução da taxa de juros (de 5% a.a. para 4,98% a.a.) e -R\$ 2.251.840,60 como ganho resultante da atualização cadastral e ajuste de experiência.

6.1.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os principais riscos atuariais ao qual o grupo de custeio está exposto são inerentes ao modelo em que está estruturado o Plano, dos quais destacamos possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.



Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é importante o acompanhamento da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência dessas hipóteses, ajustando-as sempre que necessário.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2021 do Plano foram aprovadas pela Fundação, sendo subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Fundação por meio de Estudos Específicos, identificados no item 3 deste Parecer.

6.1.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Conforme documentação disponibilizada à entidade, o resultado negativo apurado em 31.12.2021, no valor de (R\$ 46.214.281,22) foi incorporado ao Contrato de Refinanciamento do Compromisso de Reservas a Amortizar entre a AMPLA e a Fundação AMPLA de Seguridade Social, razão pela qual o PCA não registra insuficiência de cobertura em 2021.

6.2. EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

6.2.1. REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Fundo de Demandas Judiciais, constituído no exercício de 2012, tem por objetivo compensar o acréscimo na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos em função da revisão do reajuste de URV, decorrente de demandas judiciais.

Este Fundo foi recalculado por esta consultoria na data da Avaliação Atuarial, considerando a diferença positiva entre as Provisões Matemáticas Individualizadas dos assistidos que terão seus benefícios revisados pelo reajuste da URV e as Provisões Matemáticas da Avaliação Atuarial de 2021 desses mesmos assistidos. De acordo com este critério, o Fundo recalculado monta, em 31.12.2021, R\$ 6.490.502,58.

6.2.2. VARIAÇÃO DO RESULTADO

Em 2021, apurou-se resultado negativo de R\$ 46.214.281,22 para o PCA, decorrente, principalmente, do retorno dos investimentos no período, que não atingiu a meta atuarial, sendo este montante incorporado ao Contrato de Refinanciamento do Compromisso de Reservas a Amortizar firmado entre a AMPLA Energia e Serviços S.A. e Fundação AMPLA de Seguridade Social, que deverá ser integralizado exclusivamente pela Patrocinadora AMPLA, conforme documentação disponibilizada à entidade.

6.2.3. NATUREZA DO RESULTADO

Atribui-se natureza conjuntural ao resultado negativo do plano em 2021 e incorporado ao Contrato de Refinanciamento do Compromisso de Reservas a Amortizar firmado entre a AMPLA Energia e Serviços S.A. e Fundação AMPLA de Seguridade Social, pois decorre dos efeitos do cenário macroeconômico atual, muito afetado pela pandemia da COVID 19.

6.2.4. SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

Conforme exposto, o PCA não registra déficit técnico em 31.12.2021.

6.2.5. ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os Regimes Financeiros e Métodos Atuariais adotados no financiamento dos benefícios do plano, conforme especificado no item 3.3, são considerados adequados haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

6.2.6. OUTROS FATOS RELEVANTES

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos Administrativos, Fundos para Garantia das Operações e Exigíveis, considerados na apuração dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 do PCA, foram informados pela BRASILETROS por meio do Balancete Contábil de 31.12.2021, sendo o dimensionamento desses valores de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade.
- Em 31.12.2021, as despesas contingenciais correspondentes ao valor de cobertura de ações e obrigações do Plano montavam a R\$ 91.210.604,68;

7. PLANO DE CUSTEIO

No dimensionamento do fluxo contributivo futuro, admitiu-se o Plano de Custeio Vigente para avaliação inicial da situação econômico-financeira do PCA. Tendo-se apurado equilíbrio técnico em 2021, o Plano de Custeio deverá ser mantido para 2022, exceto em relação ao custeio extraordinário e administrativo do patrocinador, revisto com base nos resultados de 2021, conforme especificado a seguir:

7.1. CUSTEIO DOS PARTICIPANTES

7.1.1. CUSTEIO NORMAL

Custeio Normal dos Participantes		Taxa Aplicada Plano de Custeio Vigente (a partir de janeiro/2022)
Participantes	Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação até ½ Teto de Contribuição da Previdência Social	1,75%
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação entre ½ e 1 Teto de Contribuição da Previdência Social	4,50%
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação entre 1 e 3 vezes o valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	7,50%
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação que excede a 3 vezes o valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	10,00%

Além das contribuições normais, os participantes deverão efetuar contribuições equivalentes a 1,10% dos seus Salários de Participação para cobertura de 50% do aumento nos valores dos benefícios da Entidade em decorrência do disposto na Lei nº 9.876 de 29/11/1999, que alterou as regras de cálculo do benefício concedido pela Previdência Social, instituindo o Fator Previdenciário.

Custeio Normal	Taxa Aplicada Plano de Custeio Vigente (a partir de janeiro/2022)
Patrocinador	Paritária aos Participantes.

As Contribuições Normais mensais do Patrocinador, correspondentes ao custo normal, equivalem a aproximadamente 6,04% da Folha de Salários de Participação para 2022.

7.2.2. CUSTEIO EXTRAORDINÁRIO

Conforme documentação disponibilizada à entidade, caberá a patrocinadora o pagamento em parcela única do resultado deficitário de 31.12.2021, no valor de R\$ 46.214.281,22, até 31.03.2022.

7.3. CUSTEIO DOS ASSISTIDOS

7.3.1. CUSTEIO NORMAL

Custeio Normal dos Assistidos		Taxa Aplicada Plano de Custeio Vigente (a partir de janeiro/2022)
Participantes	Percentual incidente sobre a parcela do Benefício Complementar até ½ Teto de Contribuição da Previdência Social	1,75%
	Percentual incidente sobre a parcela do Benefício Complementar entre ½ e 1 Teto de Contribuição da Previdência Social	4,50%
	Percentual incidente sobre a parcela do Benefício Complementar entre 1 e 3 vezes o valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	7,50%
	Percentual incidente sobre a parcela do Benefício Complementar que excede a 3 vezes o valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	10,00%
Pensionistas		0,00%

7.3.2. CUSTEIO EXTRAORDINÁRIO

Não Aplicável.

7.4. PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O custo intencionado para a cobertura das despesas administrativas do PCA monta o valor de R\$ 2.367.000,00, a ser pago exclusivamente pela Patrocinadora em 13 parcelas iguais a partir de 01/2022 até 12/2022.

O PCA tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela Fundação.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2022.

**Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070**

Cássia Maria Nogueira
Sócia Consultora Sênior - Previdência
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049



INVESTIMENTOS

10 | POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021

As Políticas de Investimentos dos Planos PCA (BD – Benefício Definido), PACV (CV – Contribuição Variável) e do PGA (Plano de Gestão Administrativa) têm por objetivo direcionar a gestão dos investimentos.

PGA

ALOCAÇÃO

Segmento	Limite legal	Alocação objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%

ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Plano / segmento	Índice de referência
PGA	105% CDI
Renda Fixa	105% CDI

PACV

ALOCAÇÃO

Segmento	Limite legal	Alocação objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	54,98%	43,50%	100,00%
Renda Variável	70%	23,00%	0,00%	27,00%
Investimentos Estruturados	20%	13,00%	0,00%	17,00%
Investimentos no Exterior	10%	8,40%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,02%	0,00%	0,50%
Operações com Participantes	15%	0,60%	0,00%	2,00%

ÍNDICE DE REFERÊNCIA/META DE RENTABILIDADE

Plano / segmento	Índice de referência
PACV	INPC + 5,00%
Renda Fixa	INPC + 5,00%
Renda Variável	IBrX
Investimentos Estruturados	150% CDI
Investimentos no Exterior	MSCI WORLD INDEX (em reais)
Imobiliário	INPC + 5,00%
Operações com Participantes	INPC + 5,00%

PCA

ALOCAÇÃO

Segmento	Limite legal	Alocação objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	50,50%	34,50%	100,00%
Renda Variável	70%	18,00%	0,00%	24,00%
Investimentos Estruturados	20%	12,00%	0,00%	16,50%
Investimento no Exterior	10%	8,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	11,00%	0,00%	13,00%
Operações com Participantes	15%	0,50%	0,00%	2,00%

TAXA MÍNIMA ATUARIAL/META DE RENTABILIDADE

Plano / segmento	Índice de referência
PCA	INPC + 5,00%
Renda Fixa	INPC + 5,00%
Renda Variável	IBrX
Investimentos Estruturados	150% CDI
Investimentos no Exterior	MSCI WORLD INDEX (em reais)
Imobiliário	INPC + 5,00%
Operações com Participantes	INPC + 5,00%

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022

As Políticas de Investimentos dos Planos PCA (BD – Benefício Definido), PACV (CV – Contribuição Variável) e do PGA (Plano de Gestão Administrativa) têm por objetivo direcionar a gestão dos investimentos.

PGA

ALOCAÇÃO

Segmento	Limite legal	Alocação objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda fixa	100%	100%	100%	100%

ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Plano / segmento	Índice de referência
PGA	105% CDI
Renda fixa	105% CDI

PACV

ALOCAÇÃO

Segmento	Limite legal	Alocação objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda fixa	100%	56,48%	43,50%	100,00%
Renda variável	70%	20,00%	0,00%	27,00%
Investimentos estruturados	20%	13,00%	0,00%	17,00%
Investimentos no exterior	10%	10,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,02%	0,00%	0,50%
Operações com participantes	15%	0,50%	0,00%	2,00%

ÍNDICE DE REFERÊNCIA/META DE RENTABILIDADE

Plano / segmento	Índice de referência
PACV	INPC + 5,00%
Renda fixa	INPC + 5,00%
Renda variável	IBRX
Investimentos estruturados	CDI + 2%
Investimentos no exterior	MSCI WORLD INDEX (EM REAIS)
Imobiliário	INPC + 5,00%
Operações com participantes	INPC + 5,00%

PCA

ALOCAÇÃO

Segmento	Limite legal	Alocação objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda fixa	100%	53,50%	34,50%	100,00%
Renda variável	70%	14,00%	0,00%	24,00%
Investimentos estruturados	20%	12,00%	0,00%	16,50%
Investimento no exterior	10%	8,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	12,00%	0,00%	13,00%
Operações com participantes	15%	0,50%	0,00%	2,00%

TAXA MÍNIMA ATUARIAL/META DE RENTABILIDADE

Plano / segmento	Índice de referência
PCA	INPC + 4,98%
Renda fixa	INPC + 4,98%
Renda variável	IBRX
Investimentos estruturados	CDI + 2%
Investimentos no exterior	MSCI WORLD INDEX (EM REAIS)
Imobiliário	INPC + 4,98%
Operações com participantes	INPC + 4,98%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PGA - 2021

Segmento	Alocação		PI 2021
	R\$ mil	%	%
Renda Fixa	6.287	100,00%	100,00%
TOTAL	6.287	100,00%	100,00%

Segmento	Fundo	Tipo de Aplicação	Tipo de Gestão	Tipo de Fundo	R\$ mil	Rentabilidade Acumulada
RENDA FIXA	FIM FUNBR	Terceirizada	CDI - Gestão Ativa	Exclusivo	6.287	2,81%
					6.287	2,81%

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PACV- 2021

Segmento	Alocação		PI 2021
	R\$ mil	%	%
Renda Fixa	237.315	56,80%	55,25%
Renda Variável	75.423	18,05%	20,00%
Investimentos Estruturados	55.039	13,17%	16,20%
Investimentos no Exterior	48.208	11,54%	7,80%
Imobiliário	10	0,00%	0,05%
Operações com Participantes	1.802	0,43%	0,70%
TOTAL	417.797	100,00%	100,00%

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PCA - 2021

Segmento	Alocação		PI 2021
	R\$ mil	%	%
Renda Fixa	517.410	55,99%	51,80%
Renda Variável	122.826	13,29%	15,00%
Investimentos Estruturados	105.544	11,42%	15,80%
Investimentos no Exterior	67.590	7,31%	4,80%
Imobiliário	109.090	11,80%	12,30%
Operações com Participantes	1.700	0,18%	0,30%
TOTAL	924.159	100,00%	100,00%

ALOCÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PACV- 2021 -- (CONTINUAÇÃO)

Segmento	Fundo	Tipo de Aplicação	Tipo de Gestão	Tipo de Fundo	R\$ mil	Rentabilidade Acumulada
RENDA FIXA	BRASIL PLURAL FI ENERGIE RF	Terceirizada	ALM - Gestão Passiva / Titulos "na curva"	Exclusivo	137.593	16,21%
	FIM FUNBR	Terceirizada	CDI - Gestão Ativa	Exclusivo	71.594	2,81%
	ICATU VANG. INFLAÇÃO CRED PRIVADO LP (*)	Terceirizada	Crédito Privado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	28.128	4,86%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	7	-
	Total Renda Fixa				237.323	10,46%
RENDA VARIÁVEL	SULAMERICA SELECTION FIA (*)	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	29.903	1,69%
	INDIE FIC FIA (*)	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	21.936	-23,43%
	BOGARI VALUE FIC FIA (*)	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	23.584	-17,02%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(2)	-
	Total Renda Variável				75.421	-12,81%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	Terceirizada	Fundo de Participação - Gestão Ativa	Não Exclusivo	1.086	-48,53%
	BAHIA MARAU ESTRUTURADO FIC FIM	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	18.958	1,40%
	AZ QUEST MULTI FIC FIM (*)	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	-	-0,09%
	EXPLORITAS ALPHA AMERICLATINAFIC FIM	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	12.774	5,69%
	VISTA HEDGE FIC FIM (*)	Valores a Receber/Pagar	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	22.221	-0,23%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(2)	-
	Total Investimentos Estruturados				55.037	-0,30%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENV IE FI	Terceirizada	Fundo no Exterior - Gestão Ativa	Não Exclusivo	25.905	32,87%
	BB MULTIMERCADO SCHRODER IE FI	Terceirizada	Fundo no Exterior - Gestão Ativa	Não Exclusivo	22.303	30,87%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(1)	-
	Total Investimentos no Exterior				48.206	31,90%
IMOBILIÁRIO	RB CAPITAL DESEN RESIDENCIAL II FII (***)	Terceirizada	Gestão Ativa - em desinvestimento	Não Exclusivo	10	-57,72%
	Total Imobiliário				10	-57,72%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	Total Operações com Participantes	Própria	Empréstimo pessoal para participantes	-	1.802	11,15%
TOTAL					417.799	5,85%

(*) Fundo teve resgate total em 29/12/2021. Rentabilidade apurada até 28/12/2022

(**) Fundo foi aplicado em 29/12/2021

(***) Fundo em fase de encerramento/desinvestimento.

ALOCÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO -PCA- 2021 -- (CONTINUAÇÃO)

Segmento	Fundo	Tipo de Aplicação	Tipo de Gestão	Tipo de Fundo	R\$ mil	Rentabilidade Acumulada
RENDA FIXA	BRADESCO FI ENERGIA RF	Terceirizada	ALM - Gestão Passiva / Titulos "na curva"	Exclusivo	461.006	16,79%
	FIM FUNBR	Terceirizada	CDI - Gestão Ativa	Exclusivo	26.878	2,81%
	ICATU VANG. INFLAÇÃO CRED PRIVADO LP (*)	Terceirizada	Crédito Privado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	28.128	4,86%
	FI CAIXA INSTITUCIONAL TÍTULO PÚBLICO RF LP	Terceirizada	RF - Gestão Passiva	Não Exclusivo	1.382	4,03%
	ITAÚ FEDERAL PROVISION CP FIC	Terceirizada	RF - Gestão Passiva	Não Exclusivo	5	2,55%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	10	-
	Total Renda Fixa					517.410
RENDA VARIÁVEL	SULAMERICA SELECTION FIA	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	48.577	1,69%
	INDIE FIC FIA	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	35.786	-23,43%
	BOGARI VALUE FIC FIA	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	38.467	-17,02%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(4)	-
Total Renda Variável					122.826	-12,83%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	Terceirizada	Fundo de Participação - Gestão Ativa	Não Exclusivo	1.630	-48,53%
	BAHIA MARAU ESTRUTURADO FIC FIM	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	30.940	1,40%
	AZ QUEST MULTI FIC FIM (*)	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	-	-0,09%
	EXPLORITAS ALPHA AMERICLATINAFIC FIM	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	30.523	5,69%
	VISTA HEDGE FIC FIM (**)	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	42.454	-0,23%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(3)	-
Total Investimentos Estruturados					105.544	0,69%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENV IE FI	Terceirizada	Fundo no Exterior - Gestão Ativa	Não Exclusivo	36.383	32,87%
	BB MULTIMERCADO SCHRODER IE FI	Terceirizada	Fundo no Exterior - Gestão Ativa	Não Exclusivo	31.208	30,87%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(2)	-
Total Investimentos no Exterior					67.590	31,90%
IMOBILIÁRIO	NITERÓI	Própria	Imóvel para Renda	-	98.400	-7,54%
	PETRÓPOLIS	Própria	Imóvel para Renda	-	6.990	19,05%
	MAGÉ	Própria	Imóvel para Renda	-	3.700	41,52%
	Total Imobiliário					109.090
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	Total Operações com Participantes	Própria	Empréstimo pessoal para participantes	-	1.700	12,78%
TOTAL					924.159	9,74%

(*) Fundo teve resgate total em 29/12/2021. Rentabilidade apurada até 28/12/2022

(**) Fundo foi aplicado em 29/12/2021

TAXAS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

PGA

SEGMENTO	FUNDOS	Tx. Administração/ Gestão % a.a.	Tx. Performance % a.a.
RENDA FIXA	FIM FUNBR	0,110	-
TOTAL	6.287	100,00%	100,00%

PACV

SEGMENTO	FUNDOS	Tx. Administração/ Gestão % a.a.	Tx. Performance % a.a.
RENDA FIXA	BP FI ENERGIE RF	0,050	-
	FIM FUNBR	0,110	-
RENDA VARIÁVEL	ICATU VANG. INFLAÇÃO CRED PRIVADO LP (*)	0,400	20% exceder IMA-B 5
	SULAMERICA SELECTION FIA (*)	0,900	-
	INDIE FIC FIA (*)	2,000	20% exceder IBRX
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BOGARI VALUE FIC FIA (*)	2,000	20% exceder Ibovespa
	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	1,100	-
	BAHIA MARAU ESTRUTURADO FIC FIM	1,900	20% exceder CDI
	AZ QUEST MULTI FIC FIM	1,500	20% exceder CDI
	EXPLORITAS ALPHA AMERICLATINAFIC FIM	2,000	20% exceder CDI
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	VISTA HEDGE FIC FIM	2,000	20% exceder CDI
	BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENV IE FI	0,300	-
IMOBILIÁRIO	BB MULTIMERCADO SCHRODER IE FI	0,080	-
	RB CAPITAL DESEN RESIDENCIAL II FII (**)	2,000	-

PCA

SEGMENTO	FUNDOS	Tx. Administração/ Gestão % a.a.	Tx. Performance % a.a.
RENDA FIXA	BRDESCO FI ENERGIA RF	0,050	-
	FIM FUNBR	0,110	-
	ICATU VANG. INFLAÇÃO CRED PRIVADO LP (*)	0,400	20% exceder IMA-B 5
	FI CAIXA INSTITUCIONAL TÍTULO PÚBLICO RF LP	0,100	-
	ITAÚ FEDERAL PROVISION CP FIC	1,750	-
RENDA VARIÁVEL	SULAMERICA SELECTION FIA	0,900	-
	INDIE FIC FIA	2,000	20% exceder IBRX
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BOGARI VALUE FIC FIA	2,000	20% exceder Ibovespa
	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	1,100	-
	BAHIA MARAU ESTRUTURADO FIC FIM	1,900	20% exceder CDI
	AZ QUEST MULTI FIC FIM	1,500	20% exceder CDI
	EXPLORITAS ALPHA AMERICLATINAFIC FIM	2,000	20% exceder CDI
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	VISTA HEDGE FIC FIM	2,000	20% exceder CDI
	BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENV IE FI	0,300	-
	BB MULTIMERCADO SCHRODER IE FI	0,080	-

DESPESAS COM INVESTIMENTOS

A tabela a seguir contempla as despesas internas com investimentos e as despesas externas de fundos exclusivos e da custódia centralizada por plano



Despesas dos Investimentos	PCA	PACV	PGA	Total	PART %
Internas	2.915.809	839.393	-	3.755.202	79,50%
Repasso para o PGA	2.176.301	760.297	-	2.936.599	62,17%
Despesas com Imóveis	626.525	-	-	626.525	13,26%
Despesas com Empréstimos	3.229	5.926	-	9.155	0,19%
Despesas Jurídicas/FIP	109.754	73.169	-	182.923	3,87%
Externas	582.607	373.549	11.964	968.121	20,50%
Taxa de Administração	8.431	4.184	142	12.757	0,27%
Taxa de Custódia	303.854	157.750	1.982	463.585	9,81%
Taxa de Controladoria	33.724	16.737	566	51.028	1,08%
Taxa de Gestão	158.939	132.040	7.077	298.056	6,31%
Taxa de Performance	-	-	-	-	0,00%
Taxa Selic / Cetip	64.683	49.383	1.939	116.005	2,46%
Taxa CVM	-	-	-	-	0,00%
Taxa Anbima	6.808	7.337	238	14.383	0,30%
Auditoria	5.980	5.835	-	11.815	0,25%
Corretagem / Emolumentos	78	207	18	303	0,01%
Cartório / Book / Outros	111	75	3	189	0,00%
Despesas Totais	3.498.416	1.212.942	11.964	4.723.322	

Obs: despesa com investimentos (despesas carteira própria e fundos exclusivos). Não há aqui despesas administrativas

Os valores pagos pela Brasiletros no plano PCA em Fundos não Exclusivos a título de Taxa de Administração e Taxa de Performance durante o exercício de 2021 foi de R\$3,4 milhões e R\$1,9 milhões, respectivamente.

Os valores pagos pela Brasiletros no plano PACV em Fundos não Exclusivos a título de Taxa de Administração e Taxa de Performance durante o exercício de 2021 foi de R\$ 1,9 milhões e R\$ 1,2 milhões, respectivamente.





CONTABILIDADE

11 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Disponível	228	184
Realizável	1.543.954	1.494.245
Gestão previdencial (Nota 4)	194.940	223.253
Gestão administrativa (Nota 5)	691	445
Investimentos	1.248.323	1.270.547
Fundos de investimentos (Nota 6.1)	1.235.650	1.166.314
Investimentos em imóveis (Nota 6.2)	108.804	100.068
Operações com participantes (Nota 6.3)	3.579	3.900
Recursos a receber - precatórios (Nota 6.2)	290	265
Imobilizado e intangível	194	168
Imobilizado	194	168
Total do ativo	1.544.376	1.494.597

Passivo	2021	2020
Exigível operacional (Nota 7)	3.986	3.106
Gestão previdencial	3.253	2.349
Gestão administrativa	683	704
Investimentos	50	53
Exigível contingencial (Nota 8)	91.263	126.369
Gestão previdencial	91.211	126.112
Gestão administrativa	52	257
Patrimônio social	1.449.127	1.365.122
Patrimônio de cobertura do plano (Nota 9)	1.432.338	1.341.454
Provisões matemáticas	1.432.338	1.341.454
Benefícios concedidos	1.225.046	1.120.495
Benefícios a conceder	207.762	221.216
(-) Provisão matemática a constituir (Nota 9.2)	- 470	-257
Fundos (Nota 11)	16.789	23.668
Fundos previdenciais	8.639	16.419
Fundos administrativos	6.500	5.839
Fundos de investimentos	1.650	1.410
Total do passivo	1.544.376	1.494.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	1.365.122	1.156.626	18,03
1. Adições	217.506	157.105	38,45
(+ Contribuições previdenciais)	107.086	63.820	67,79
(+ Portabilidade)	782	301	159,8
(+ Migração de planos)	-	308	-100
(+ Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial)	101.977	85.294	19,56
(+ Receitas administrativas)	7.044	7.035	0,13
(+ Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa (Nota 6.4))	171	173	-1,16
(+ Reversão líquida de contingências - gestão administrativa)	205	-	100
(+ Constituição de fundos para garantia das operações com participantes)	241	174	38,51
2. Destinações	-133.501	-128.732	3,7
(-) Benefícios	-114.754	-105.528	8,74
(-) Portabilidade / resgates	-1.808	-1.347	34,22
(-) Desoneração de contribuição de patrocinadoras	-1.950	-	100
(-) Outras destinações	-2.357	-618	281,39
(-) Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	-5.873	-14.235	-58,74
(-) Despesas administrativas	-6.759	-6.939	-2,59
(-) Constituição de contingências - gestão administrativa	-	-65	-100
3. Acréscimo/decréscimo no patrimônio social (1+2)	84.005	28.373	196,07
(+/-) Provisões matemáticas	90.883	31.509	188,44
(+/-) Fundos previdenciais	-7.779	-3.514	121,37
(+/-) Fundos administrativos	661	204	224,02
(+/-) Fundos para garantia das operações com participantes	240	174	37,93
4. Outros eventos do patrimônio social	-	180.123	-100
(+/-) Outros eventos do patrimônio social	-	180.123	-100
5. Operações transitórias	-	-	-
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3+4+5)	1.449.127	1.365.122	6,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
1. Ativos	1.018.551	1.008.414	1,01
Disponível	84	67	25,37
Recebíveis previdencial	94.304	148.431	-36,47
Investimento	924.163	859.916	7,47
Fundos de investimentos (Nota 6.1)	813.368	757.677	7,35
Investimentos em imóveis (Nota 6.2)	108.804	100.068	8,73
Operações com participantes (Nota 6.3)	1.701	1.906	-10,76
Recursos a receber - precatórios	290	265	9,43
2. Obrigações	94.102	128.201	-26,6
Operacional	2.891	2.089	38,39
Contingencial (Nota 8)	91.211	126.112	-27,67
3. Fundos não previdenciais	5.600	4.656	20,27
Fundos administrativos (Nota 11)	4.234	3.484	21,53
Fundos para garantia das operações com participantes (Nota 11)	1.366	1.172	16,55
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	918.849	875.557	4,94
Provisões matemáticas	912.358	862.118	5,83
Fundos previdenciais (Nota 11)	6.491	13.439	-51,7
6. Apuração do equilíbrio técnico ajustado (Nota 13)			
a) Equilíbrio técnico	-	-	-
b)(+/-) Ajuste de precificação	40.127	39.184	2,41
c)(+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a+b)	40.127	39.184	2,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
1. Ativos	525.090	485.222	8,22
Disponível	81	59	37,29
Recebíveis previdencial	107.136	80.661	32,82
Investimento	417.873	404.502	3,31
Fundos de investimentos (Nota 6.1)	415.995	402.508	3,35
Operações com participantes (Nota 6.3)	1.878	1.994	-5,82
2. Obrigações	412	313	31,63
Operacional	412	313	31,63
3. Fundos não previdenciais	2.550	2.593	-1,66
Fundos administrativos (Nota 11)	2.266	2.355	-3,78
Fundos para garantia das operações com participantes (Nota 12)	284	238	19,33
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	522.128	482.316	8,25
Provisões matemáticas	519.980	479.336	8,48
Fundos previdenciais (Nota 11)	2.148	2.980	-27,92
6. Apuração do equilíbrio técnico ajustado (Nota 13)			
a) Equilíbrio técnico	-	-	-
b)(+/-) Ajuste de precificação	8.305	8.159	1,79
c)(+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a+b)	8.305	8.159	1,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	875.557	769.289	13,81
1. Adições	140.739	105.453	33,46
(+) Contribuições	61.467	48.362	27,1
(+) Migração de planos	-	308	-100
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial (Nota 6.4)	79.271	56.783	39,6
(+) Outras adições	1	-	100
2. Destinações	-97.447	-101.009	-3,53
(-) Benefícios	-87.192	-83.686	4,19
(-) Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	-5.870	-14.264	-58,85
(-) Custeio administrativo (Nota 12.1)	-2.539	-2.441	4,01
(-) Outras destinações	-1.846	-618	198,71
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	43.292	4.444	874,17
(+/-) Provisões matemáticas	50.240	7.758	547,59
(+/-) Fundos previdenciais	-6.948	-3.314	109,66
4. Outros eventos do patrimônio social	-	101.824	-100
(+/-) Outros eventos do patrimônio social	-	101.824	-100
5. Operações transitórias	-	-	-
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4+5)	918.849	875.557	4,94
C) Fundos não previdenciais	944	419	125,3
(+/-) Fundos administrativos	750	289	159,52
(+/-) Fundos para garantia das operações com participantes	194	130	49,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	482.316	380.466	26,77
1. Adições	73.214	48.266	51,69
(+) Contribuições	49.726	19.425	155,99
(+) Portabilidade	782	301	159,8
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial (Nota 6.4)	22.706	28.511	-20,36
(+) Reversão líquida de contingências - gestão previdencial	-	29	-100
2. Destinações	-33.402	-24.715	35,15
(-) Benefícios	-27.562	-21.842	26,19
(-) Portabilidade / resgates	-1.808	-1.347	34,22
(-) Desoneração de contribuição de patrocinadoras	-1.950	-	100
(-) Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	-3	-	100
(-) Custeio administrativo (Nota 12.1)	-1.569	-1.526	2,82
(-) Outras destinações	-510	-	100
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	39.812	23.551	69,05
(+/-) Provisões matemáticas	40.643	23.751	71,12
(+/-) Fundos previdenciais	-831	-200	315,5
4. Outros eventos do patrimônio social	-	78.299	-100
(+/-) Outros eventos do patrimônio social	-	78.299	-100
5. Operações transitórias	-	-	-
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4+5)	522.128	482.316	8,25
C) Fundos não previdenciais	-43	-41	4,88
(+/-) Fundos administrativos	-89	-85	4,71
(+/-) Fundos para garantia das operações com participantes	46	44	4,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	1.014.317	1.004.930	0,93
1. Provisões matemáticas	912.358	862.118	5,83
1.1. Benefícios concedidos	910.432	859.284	5,95
Benefício definido	910.432	859.284	5,95
1.2. Benefícios a conceder	1.926	2.834	-32,04
Benefício definido	1.926	2.834	-32,04
2. Equilíbrio técnico	-	-	-
3. Fundos	7.857	14.611	-46,23
3.1. Fundos previdenciais (Nota 11)	6.491	13.439	-51,7
3.2. Fundos para garantia das operações com participantes - gestão previdencial (Nota 11)	1.366	1.172	16,55
4. Exigível operacional (Nota 7)	2.891	2.089	38,39
4.1. Gestão previdencial	2.852	2.046	39,39
4.2. Investimentos - gestão previdencial	39	43	-9,3
5. Exigível contingencial	91.211	126.112	-27,67
5.1. Gestão previdencial (Nota 8)	91.211	126.112	-27,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	522.824	482.867	8,27
1. Provisões matemáticas	519.980	479.336	8,48
1.1. Benefícios concedidos	314.614	261.211	20,44
Contribuição definida	6.377	1.306	388,28
Benefício definido	308.237	259.905	18,6
1.2. Benefícios a conceder	205.836	218.382	-5,74
Contribuição definida	194.911	204.898	-4,87
Saldo de contas - parcela patrocinadores	101.613	105.738	-3,9
Saldo de contas - parcela participantes	93.298	99.160	-5,91
Benefício definido	10.925	13.484	-18,98
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir (Nota 9.2)	-470	-257	82,88
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	-119	-70	70
(-) Patrocinadores	-119	-70	70
(+/-) Por ajuste das contribuições extraordinárias	-351	-187	87,7
(+/-) Patrocinador(es)	-351	-187	87,7
2. Equilíbrio técnico (Nota 9)	-	-	-
3. Fundos	2.432	3.218	-24,43
3.1. Fundos previdenciais (Nota 11)	2.148	2.980	-27,92
3.2. Fundos para garantia das operações com participantes - gestão previdencial (Nota 11)	284	238	19,33
4. Exigível operacional (Nota 7)	412	313	31,63
4.1. Gestão previdencial	401	303	32,34
4.2. Investimentos - gestão previdencial	11	10	10
5. Exigível contingencial	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO - PGA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	5.839	5.635	3,62
1. Custeio da gestão administrativa	7.215	7.208	0,1
1.1. Receitas (Nota 12.1)	7.215	7.208	0,1
Custeio administrativo da gestão previdencial (Nota 12.1)	4.108	3.967	3,55
Custeio administrativo dos investimentos	2.913	2.849	2,25
Taxa de administração de empréstimo e financiamentos	23	24	-4,17
Resultado positivo líquido dos investimentos (Notas 6.4 e 12.1)	171	173	-1,16
Outras Receitas	-	195	-100
2. Despesas administrativas	-6.759	-6.939	-2,59
2.1. Administração dos planos previdenciais	-6.759	-6.939	-2,59
Pessoal e encargos (Nota 12.2)	-3.678	-3.970	-7,36
Treinamentos/congressos e seminários	-45	-14	221,43
Viagens e estadias	-6	-26	-76,92
Serviços de terceiros (Nota 12.3)	-2.037	-2.023	0,69
Despesas gerais	-494	-413	19,61
Depreciações e amortizações	-58	-53	9,43
Tributos	-441	-440	0,23
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	205	-65	415,38
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1+2+3+4+5)	661	204	224,02
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	661	204	224,02
8. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	6.500	5.839	11,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA BENEFÍCIOS PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	3.484	3.195	9,05
1. Custeio da gestão administrativa	4.816	4.786	0,63
1.1. Receitas (Nota 12.1)	4.816	4.786	0,63
Custeio administrativo da gestão previdencial	2.539	2.441	4,01
Custeio administrativo dos investimentos	2.165	2.116	2,32
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	11	12	-8,33
Resultado positivo líquido dos investimentos	101	92	9,78
Outras Receitas	-	125	-100
2. Despesas administrativas	-4.190	-4.459	6,03
2.1. Administração dos planos previdenciais	-4.190	-4.459	6,03
Pessoal e encargos	-2.170	-2.426	-10,55
Treinamentos/congressos e seminários	-27	-9	200
Viagens e estadias	-4	-15	-73,33
Serviços de terceiros	-1.400	-1.460	-4,11
Despesas gerais	-292	-250	16,8
Depreciações e amortizações	-34	-32	6,25
Tributos	-263	-267	-1,5
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	124	-38	426,32
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1+2+3+4+5)	750	289	159,52
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	750	289	159,52
8. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	4.234	3.484	21,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	2.355	2.440	-3,48
1. Custeio da gestão administrativa	2.399	2.422	-0,95
1.1. Receitas (Nota 12.1)	2.399	2.422	-0,95
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.569	1.526	282
Custeio administrativo dos investimentos	748	733	2,05
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	12	12	-
Resultado positivo líquido dos investimentos	70	81	-13,58
Outras Receitas	-	70	-100
2. Despesas administrativas	-2.569	-2.480	3,59
2.1. Administração dos planos previdenciais	-2.569	-1.587	3,59
Pessoal e encargos	-1.508	-1.544	-2,33
Treinamentos/congressos e seminários	-18	-5	260
Viagens e estadias	-2	-11	-81,82
Serviços de terceiros	-637	-563	13,14
Despesas gerais	-202	-163	23,93
Depreciações e amortizações	-24	-21	14,29
Tributos	-178	-173	2,89
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	81	-27	400
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1+2+3+4+5)	-89	-85	4,71
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	-89	-85	4,71
8. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	2.266	2.355	-3,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros ("Fundação" ou "Brasiletros") é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, sem fins lucrativos, constituída em 23 de março de 1972, de acordo com autorização de funcionamento concedida pelo Ministério da Previdência - MPAS, através da Portaria nº 1.549 datada de 17 de maio de 1979.

A Fundação é dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo instituir e manter planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Nos termos da legislação em vigor, a fonte de custeio dos planos são principalmente as contribuições dos participantes e das patrocinadoras e a rentabilidade dos investimentos. As referidas contribuições formam as reservas necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

As operações da Fundação são fiscalizadas pelo Ministério da Economia, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Estão, assim, sujeitas ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses principalmente dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas entidades, inclusive e, especialmente, o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A Fundação mantinha até o exercício de 1998 um único plano, do tipo benefício definido, denominado Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA). Em 8 de janeiro de 1999, através do Ofício nº 15/SPC/CGOF/COJ, a Secretaria de Previdência Complementar, com base na Instrução nº 6 de 16 de junho de 1995, aprovou a implantação do novo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida - PACD, cuja nomenclatura foi alterada para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, após aprovação do Conselho Deliberativo em 21 de fevereiro de 2006, em cumprimento à Instrução Normativa SPC nº 9, de 17 de janeiro de 2006.

Plano de benefício	CNPB	Modalidade	Patrocinadores
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	1972000111	BD	Ampla Energia e Serviços S.A.
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	1999000374	CV	Ampla Energia e Serviços S.A. Brasiletros Enel Brasil S.A.

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - BD - PCA

O Plano de Complementação de Aposentadoria prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Tempo de Contribuição.
- Aposentadoria Especial e do Ex-Combatente.
- Aposentadoria por Idade.
- Benefício Proporcional Diferido.
- Aposentadoria por Invalidez.
- Pensão por morte.

Este plano encontra-se em extinção desde 8 de janeiro de 1999, estando fechado a novas adesões de participantes.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - CV - PACV

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Aposentadoria Normal.
- Aposentadoria Antecipada.
- Invalidez.
- Pensão por Morte.
- Benefício Proporcional Diferido.

Composição do quadro de participantes da Fundação:

Descrição	2021			2020		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Totais	1.812	1.854	3.666	1.857	1.808	3.665
Participantes ativos	1	944	945	2	944	946
Autopatrocínados	-	36	36	-	40	40
Diferidos	-	206	206	-	203	203
Assistidos	1.086	568	1.654	1.154	531	1.685
Pensionistas	725	100	825	701	90	791
Idade média	73	52	57	72	51	56
Participantes ativos	67	42	54	68	42	55
Autopatrocínados	-	44	44	-	44	44
Diferidos	-	43	43	-	42	42
Assistidos	77	68	72	75	66	71
Pensionistas	74	65	69	72	62	67

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Essas práticas contábeis são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar. Como consequência, (I) não existe a segregação de ativos e passivos entre circulante e de longo prazo, (II) os investimentos estão contemplados no grupo "Ativo Realizável", (III) o "Ativo Imobilizado e Intangível" abrange somente os bens utilizados na operação da Brasiletros e (IV) o grupo "Provisões Matemáticas" representa em valores presentes os compromissos assumidos pela Fundação junto aos seus participantes.

A segregação dos registros contábeis possui duas gestões distintas (previdencial e administrativa) e o fluxo de investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa.

As demonstrações financeiras e os quadros das notas explicativas estão apresentados em milhares de reais.

As informações consideradas relevantes estão sendo divulgadas.

A Fundação não possui ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, na data do fechamento das suas demonstrações financeiras.

Cada Plano de Benefício tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios PCA e PACV e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

A consolidação das demonstrações financeiras é efetuada utilizando um balancete auxiliar, cujo objetivo é anular a participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, os valores a pagar e a receber entre planos, dentre outros. No fechamento dos exercícios de 2021 e 2020 a Brasiletros efetuou a anulação da participação do fundo administrativo nos planos de benefícios finalizando o exercício com o saldo de R\$6.500 e R\$5.839, respectivamente.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações que irão evidenciar:

- Balanço Patrimonial - De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS - De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.

- Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA - Consolidado e por plano de benefício, o resultado da atividade administrativa da Fundação e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 16 de março de 2022.

2.1. RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2020

Em virtude da entrada em vigor da Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020 (atualizada pela Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021), que determinou adequações na planificação contábil e nas demonstrações financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

Nos termos da citada Instrução, “para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas”.

As principais adequações realizadas para atendimento aos preceitos legais estão descritas a seguir.

Balanco patrimonial consolidado

Reclassificação dos contratos de dívida firmados com a patrocinadora Ampla do grupo de contas “Provisões matemáticas a constituir” do Patrimônio social para o “Realizável Gestão previdencial” no valor de R\$180.123. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

Reclassificação do precatório relacionado ao aluguel do imóvel de Petrópolis do grupo de Realizável dos investimentos denominado “Outros realizáveis” para a rubrica de “Recursos a receber - precatórios”, no valor: R\$265. Por se tratar de transferência entre rubricas dentro do Realizável dos investimentos, não ocorreram reflexos no patrimônio consolidado da Fundação.

	2020	
	Publicado Instrução 34/2009	Reclassificado Instrução 31/2020
Ativo		
Disponível	184	184
Realizável	1.314.122	1.494.245
Gestão previdencial	43.130	223.253
Gestão administrativa	445	445
Investimentos	1.270.547	1.270.547
Imobilizado e intangível	168	168
Total do ativo	1.314.474	1.494.597
Passivo		
Exigível operacional	3.106	3.106
Exigível contingencial	126.369	126.369
Patrimônio social	1.184.999	1.365.122
Patrimônio de cobertura do plano	1.161.331	1.341.454
Provisões matemáticas	1.161.331	1.341.454
Benefícios concedidos	1.120.495	1.120.495
Benefícios a conceder	221.216	221.216
(-) Provisão matemática a constituir	-180.380	-257
Fundos	23.668	23.668
Total do passivo	1.314.474	1.494.597

Demonstração da mutação do patrimônio social consolidada

Adições: abertura dos valores de Contribuições em três grupos: Contribuições previdenciais no valor de R\$609, Portabilidade no valor de R\$301 e Migração entre planos no valor de R\$308. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em três grupos: Benefícios no valor de R\$1.965, Portabilidade/resgates no valor de R\$1.347 e Outras destinações no valor de R\$618. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

O item “Outros eventos do patrimônio social” representa o evento permutativo transferido dos contratos de dívida da patrocinadora Ampla do grupo de contas “Provisões matemáticas” do Patrimônio social para o “Realizável Gestão previdencial” no valor de R\$180.123.

Demonstração do ativo líquido do PCA

Reclassificação do contrato de dívida firmado com a patrocinadora Ampla do grupo de contas “Provisões matemáticas” para o “Recebível previdencial” no valor de R\$101.825. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio alterando o total do Ativo líquido no mesmo valor.

Reclassificação do precatório relacionado ao aluguel do imóvel de Petrópolis do grupo de Realizável dos investimentos denominado “Outros realizáveis” para a rubrica de “Recursos a receber - precatórios”, no valor: R\$265. Por se tratar de transferência entre rubricas dentro do Realizável dos investimentos, não ocorreram reflexos no patrimônio do plano.

Demonstração do ativo líquido do PACV

Reclassificação dos contratos de dívida firmados com a patrocinadora Ampla do grupo de contas “Provisões matemáticas” para o “Recebível previdencial” no valor de R\$78.299. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio alterando o total do Ativo líquido no mesmo valor.

Demonstração da mutação do ativo líquido do PCA

Adições: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Contribuições previdenciais e Migração entre planos no valor de R\$308. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em dois grupos: Benefícios e Outras destinações no valor de R\$618. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

O item “Outros eventos do patrimônio social” representa o evento permutativo transferido do contrato de dívida firmado com a patrocinadora Ampla do grupo de contas “Provisões matemáticas a constituir” do Patrimônio social para o “Realizável Gestão previdencial” no valor de R\$101.824.

Demonstração da mutação do ativo líquido do PACV

Adições: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Contribuições previdenciais e Portabilidade no valor de R\$301. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em dois grupos: Benefícios e Portabilidade/resgates no valor de R\$1.347. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

O item “Outros eventos do patrimônio social” representa o evento permutativo transferido dos contratos de dívida da patrocinadora do grupo de contas “Provisões matemáticas” do Patrimônio social para o “Realizável Gestão previdencial” no valor de R\$78.299.

Demonstração das provisões técnicas por plano de benefícios

Reclassificação dos contratos de dívida firmados com a patrocinadora Ampla do grupo de contas “Provisões matemáticas a constituir” do Patrimônio social para o “Realizável Gestão previdencial” no valor de R\$101.824 no PCA e R\$78.299 no PACV. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

Demonstração do plano de gestão administrativa

Até o exercício social de 2020 os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, comuns e específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais nem no saldo do fundo administrativo consolidado e por plano.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Conforme legislação vigente, os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na apuração do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente da sua efetiva realização, bem como, as despesas, as deduções e variações negativas pagas ou incorridas no mês correspondente. Apenas as contribuições de auto patrocinados são escrituradas no regime de caixa.

3.2. ATIVO REALIZÁVEL

Gestão previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente (devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes), os contratos de dívida firmados com as patrocinadoras e os valores depositados judicialmente relativos às contingências da gestão previdencial.

Gestão administrativa

Registra os direitos a receber, as despesas futuras, os adiantamentos concedidos a empregados, o saldo dos depósitos judiciais realizados e os valores a receber da taxa das Patrocinadoras.

Investimentos

Em atendimento à Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 (observadas as alterações posteriores), os títulos e valores mobiliários devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação

- Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem, em momentos de mercado favoráveis, negociados para a realização de ganhos. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do exercício.

A EFPC deve registrar os títulos e valores mobiliários na categoria de títulos para negociação independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição.

Títulos mantidos até o vencimento

- Registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Fundação tenha intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos os quais devem impactar o resultado do período.

A EFPC pode registrar os títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento em planos de benefícios na modalidade de benefício definido, quando o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e em planos de contribuição variável e contribuição definida exclusivamente na fase de constituição e manutenção de benefícios, desde que esses benefícios utilizem hipóteses atuariais, respeitando ainda a capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento.

A Política de Investimentos visa estabelecer as diretrizes de investimentos para o longo prazo e tem como referência os Estudos de ALM - Asset Liability Management (Aderência entre os fluxos de Ativos e Passivos) e otimização de composição de carteiras (Fronteira Eficiente). Revisões anuais no cenário macroeconômico podem ocorrer de forma a adequar a macroalocação nos segmentos de investimentos.

Os investimentos da Fundação estão alocados em fundos de investimento exclusivos e não exclusivos registrados pelo valor da cota na data do balanço distribuídos nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior. Uma parte dos recursos também está alocada nos segmentos imobiliário e operações com participantes.

Seguem os principais segmentos de investimentos:

a) Fundos de investimentos

a.1) Renda fixa

Os fundos classificados como “renda fixa” possuem, no mínimo 80% (oitenta por cento) da carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados, via derivativos, aos principais fatores de risco da carteira, que são a variação da taxa de juros doméstica ou de índice de inflação, ou uma composição de ambos.

a.2) Ações

Os fundos classificados como “ações” devem possuir, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) da carteira em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado ou em outros ativos autorizados na legislação.

a.3) Multimercado

Os fundos classificados como “multimercado” possuem políticas de investimentos que envolvem diversos fatores de risco, combinando investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Podem também utilizar instrumentos de derivativos, de acordo com as regras de legislação vigente, em suas carteiras.

a.4) Participações

Fundo de Investimento em Participações (FIP), constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando, na maioria dos casos, do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

a.5) Investimento no exterior

Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

a.6) Imobiliário

Fundos Imobiliários são formados por grupos de investidores, com o objetivo de aplicar recursos, solidariamente, no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários ou em imóveis prontos. Do patrimônio de um fundo podem participar um ou mais imóveis, parte de imóveis, direitos a eles relativos etc.

b) Investimentos imobiliários

São demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado, com base nos laudos de avaliação de empresa especializada contratada.

A Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, determinou que a reavaliação imobiliária deve ser realizada, no mínimo anualmente, o que dispensa o registro da depreciação.

c) Operações com participantes

Os empréstimos são operações de mútuos concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos. A Fundação atualmente concede empréstimos apenas na modalidade simples.

O saldo apurado para as operações de financiamento imobiliário reflete a renegociação de um contrato, conforme tratativa autorizada pelo Conselho Deliberativo.

3.3 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Representado pelos bens de uso próprio, é demonstrado ao custo de aquisição deduzida a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- 10% móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, sistema de comunicação e sistema de segurança
- 20% computadores e periféricos
- 25% refrigeradores e ventiladores

3.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Gestão previdencial

Registra o valor da folha de benefícios a pagar e seu respectivo imposto de renda retido na fonte a recolher, o repasse para os sindicatos, associações e para a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. do plano médico e odontológico, dentre outros.

Gestão administrativa

Registra a folha de pagamento, a provisão de férias e seus respectivos encargos referentes aos colaboradores da Fundação, as despesas a pagar de serviços de terceiros e os tributos.

Investimentos

Registra os serviços de terceiros contratados relativos aos imóveis, tributos, custódia e controladoria das carteiras, taxas de administração de investimentos na gestão terceirizada dos recursos e gastos necessários para a recuperação de investimentos.

3.5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos (vide Nota 8 - Exigível contingencial)

3.6. EXIGÍVEL ATUARIAL

As provisões matemáticas representam o valor presente dos compromissos da Fundação com seus participantes ativos ou assistidos e as dívidas contratadas com as patrocinadoras, com cláusula de reajuste atuarial e calculadas pelo atuário externo Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. nos exercícios de 2021 e 2020.

3.7. OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Os registros das operações administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio segregado dos planos de benefícios.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas deduzidas das despesas, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefícios, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. Para determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano de benefício, a Fundação utiliza o seguinte critério:

Receitas: são debitadas aos planos de benefícios em conformidade com o plano de custeio vigente, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimento conforme regulamento próprio do PGA.

Despesas: registradas no plano de gestão administrativa, que até 31 de dezembro de 2020 eram segregadas pela origem da administração previdencial e de investimentos e também em virtude das características dos planos administrados entre comum e específica, em 2021 passaram a ser registradas de forma consolidada.

Em virtude da apuração da participação dos planos previdenciais no fundo administrativo, a Fundação mantém o controle gerencial da origem e segregação dessas despesas alocadas em cada plano.

Esses custos da gestão previdencial e de investimentos representaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, respectivamente, 57,56% e 42,44% (51,63% e 48,37% em 2020) do total geral das despesas comuns.

O critério de rateio das despesas comuns entre planos foi definido em razão do número de participantes de cada plano, no caso da gestão previdencial. Sendo assim, foi utilizado 51% para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e 49% para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV em 2021 (52% e 48% em 2020). No caso das despesas comuns do investimento, estas foram rateadas em razão dos recursos garantidores de cada plano na data da elaboração do orçamento, sendo 69% para o PCA e 31% para o PACV em 2021 (70% e 30% em 2020).

3.8. PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor de determinados instrumentos financeiros, valor dos ativos imobiliários, ativos intangíveis, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	2021			2020		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Contribuições a receber	5	1.351	1.356	-	7	7
Patrocinadora Ampla Energia S.A.	5	1.237	1.242	-	-	-
Patrocinadora Enel Brasil S.A.	-	114	114	-	-	-
Autopatrocínio	-	-	-	-	7	7
Contrato de dívida com a patrocinadora	46.214	103.519	149.733	101.824	78.299	180.123
Serviço passado	-	-	-	23.536	-	23.536
Déficit equacionado	46.214	101.511	147.725	78.288	74.190	152.478
Outros	-	2.008	2.008	-	4.109	4.109
Depósitos judiciais	43.851	-	43.851	43.123	-	43.123
Total realizável da gestão previdencial	90.070	104.870	194.940	144.947	78.306	223.253

4.1. CONTRIBUIÇÕES A RECEBER

As contribuições das patrocinadoras são registradas pelo regime de competência e recebidas até o quarto dia útil do mês subsequente. Apenas as contribuições de autopatrocinados são escrituradas no regime de caixa.

4.2. CONTRATO DE DÍVIDA COM A PATROCINADORA

A Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, determinou que Contratos de dívidas firmados e registrados como provisão matemática a constituir no patrimônio social, em 2020, fossem transferidos para o Ativo realizável da Gestão previdencial, fato esse que não alterou o resultado dos planos administrados pela Brasiletros.

4.2.1. CONTRATO DE REFINANCIAMENTO DE COMPROMISSO DE RESERVA A AMORTIZAR - PCA

Em 1º de janeiro de 2002, foi assinado o contrato de cobertura, consolidação e garantia de refinanciamento do compromisso das provisões matemáticas a constituir junto à Ampla Energia e Serviços S.A., equacionando os custos decorrentes para completa integralização, no valor de R\$ 118.221, baseado em parecer atuarial.

O prazo do contrato é de 240 meses, sendo 30 meses de carência para pagamento do principal, com pagamento da atualização monetária do saldo devedor pelo IGP-DI do mês anterior e juros compostos de 6% a.a. Após o período de carência iniciou-se em julho de 2004 a amortização do principal. Atualmente, a atualização está vinculada ao INPC, acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

O contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a patrocinadora possui cláusula de revisão atuarial na qual os déficits registrados no plano serão acrescidos e os superávits abatidos do saldo do contrato.

O contrato se aperfeiçoou em 31 de dezembro de 2021, tendo sido o valor do déficit de R\$46.214 incorporado ao saldo final, que será integralizado exclusivamente pela Patrocinadora Ampla até 31 de março de 2022. Em 2020, o déficit incorporado ao saldo do contrato foi de R\$59.515.

A evolução é a seguinte:

	2021			2020		
	Serviço passado	Déficit equacionado	Total	Serviço passado	Déficit equacionado	Total
Saldo no início do exercício	23.536	78.288	101.824	43.620	35.773	79.393
Atualização monetária	1.372	5.358	6.730	1.653	1.332	2.985
Juros	672	2.648	3.320	1.795	1.441	3.236
Valores recebidos no exercício	-25.580	-86.294	-111.874	-23.532	-19.773	-43.305
Revisão atuarial	-	46.214	46.214	-	59.515	59.515
Saldo no final do exercício	-	46.214	46.214	23.536	78.288	101.824

4.2.2. CONTRATO DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT DO PACV

O equacionamento do déficit é efetuado por contribuições extraordinárias da patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. e pela utilização do Fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar, enquanto houver saldo disponível, conforme aprovação do Conselho Deliberativo e da patrocinadora. O déficit, integralmente assumido pela patrocinadora, no valor de R\$47.684, foi objeto de contrato de confissão de dívida no ano de 2014, conforme determina a legislação vigente, com cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor do contrato será revisto ao final de cada ano, devidamente atualizado pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

O valor do déficit de 2021 incorporado ao saldo do contrato foi de R\$25.787, enquanto o de 2020 foi de R\$17.125.

O prazo remanescente de amortização do déficit é de 99 meses, terminando em 31 de março de 2030.

A evolução da dívida é a seguinte:

Descrição	2021			2020		
	A CONCEDER	CONCEDIDO	TOTAL	A CONCEDER	CONCEDIDO	Total
Saldo no início do exercício	19.492	54.698	74.190	16.439	42.505	58.944
Correção monetária	2.061	5.794	7.855	817	2.109	2.926
Juros	973	2.736	3.709	838	2.164	3.002
Valores recebidos no exercício	-2.368	-6.557	-8.925	-1.941	-5.026	-6.967
Utilização do fundo de reversão	-296	-809	-1.105	-221	-619	-840
Revisão atuarial	4.219	21.568	25.787	3.560	13.565	17.125
Saldo no final do exercício	24.081	77.430	101.511	19.492	54.698	74.190

Teve por objetivo equacionar definitivamente os efeitos da alteração da hipótese atuarial denominada "Crescimento Real de Benefícios" de -1,5% a.a. para 0% a.a. na avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2006, em decorrência da edição da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, que proibiu a adoção de taxas negativas para as projeções de crescimento real dos benefícios do plano.

4.2.3. EQUACIONAMENTO DOS EFEITOS DA ALTERAÇÃO DA HIPÓTESE DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS - PACV

Foram realizados dois acordos judiciais, sendo o primeiro homologado em 7 de agosto de 2012, que contemplou os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense - STIEENN (Base Campos), no valor de R\$ 4.529, e o segundo homologado em 29 de abril de 2013, contemplando os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Niterói - STIEEN e do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro - SENGE/RJ (Base Niterói), no valor de R\$ 14.326, respectivamente.

Desta forma, para cada acordo judicial foi celebrado um Contrato de Financiamento entre a Patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. e a Fundação. Foi efetivado o pagamento de prestação única para os participantes assistidos à época e previsto, para os demais que optarem por renda vitalícia, o pagamento adicional de 120 (cento e vinte) prestações mensais consecutivas, devidamente atualizadas pelo INPC e acrescidas da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA. O prazo remanescente de amortização dos contratos é de 8 meses para a base Campos e de 16 meses para a base Niterói, tendo o seu término em 31 de agosto de 2022 e 30 de abril de 2023, respectivamente.

A evolução é a seguinte:

	2021			2020		
	Campos	Niterói	Total	Campos	Niterói	Total
Saldo no início do exercício	813	3.296	4.109	1.037	4.339	5.376
Correção monetária	65	291	356	43	190	233
Juros	31	139	170	46	200	246
Valores recebidos no exercício	-538	-1.582	-2.120	-427	-1.452	-1.879
Revisão atuarial	-160	-347	-507	114	19	133
Saldo no final do exercício	211	1.797	2.008	813	3.296	4.109

4.3. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020 estabeleceu que as atualizações dos depósitos judiciais só devem ser contabilizadas por ocasião da emissão do alvará de levantamento em favor da Fundação. Segue a movimentação dos depósitos de 2021:

PCA					
Saldo inicial 31/12/2020	Novos depósitos	Pagamentos	Reversão	Atualização	Saldo final 31/12/2021
43.123	41.282	-40.309	-246	1	43.851

5. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2021	2020
Contribuição taxa PGA	624	376
Despesas futuras	25	24
Adiantamento a empregados	3	6
Depósitos judiciais	39	39
Total realizável da gestão administrativa	691	445

6. INVESTIMENTOS

6.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

A composição da carteira de investimentos, segregada por plano, está demonstrada nas tabelas a seguir:

	2021				2020			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundos de investimentos								
Fundos de renda fixa								
Itaú Unibanco S.A.	5	-	-	5	5	-	-	5
Caixa Econômica Federal	1.382	-	-	1.382	1.329	-	-	1.329
BEM DTVM Ltda.	489.134	165.722	-	654.856	394.661	151.653	-	546.314
Total dos fundos em renda fixa	490.521	165.722	-	656.243	395.995	151.653	-	547.648
Fundos de ações								
INTRAG DTVM Ltda.	35.786	21.936	-	57.722	46.737	28.649	-	75.386
Sul América Investimentos DTVM S/A	48.577	29.903	-	78.480	47.768	29.405	-	77.173
BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.	38.466	23.584	-	62.050	46.358	28.422	-	74.780
Total dos fundos em ações	122.829	75.423	-	198.252	140.863	86.476	-	227.339
Fundo Multimercado								
BEM DTVM Ltda.	26.878	71.594	6.287	104.760	44.381	72.630	6.129	123.140
Total do fundo Multimercado	26.878	71.594	6.287	104.760	44.381	72.630	6.129	123.140
Fundo Multimercado Estruturado								
BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.	-	-	-	-	48.652	22.293	-	70.945
BEM DTVM Ltda.	30.940	18.958	-	49.898	44.511	18.695	-	63.206
BTG PACTUAL Serviços Financeiros DTVM	72.978	34.994	-	107.972	28.881	12.086	-	40.967
Total dos fundos Multimercado Estruturado	103.918	53.952	-	157.870	122.044	53.074	-	175.118
Multiestratégia Fundo de Participações								
Caixa Econômica Federal	1.630	1.086	-	2.716	3.166	2.111	-	5.277
Total do fundo de participações	1.630	1.086	-	2.716	3.166	2.111	-	5.277
Sufixo Investimento no Exterior								
BB DTVM S.A.	67.592	48.208	-	115.800	51.228	36.538	-	87.766
Total dos fundos no Exterior	67.592	48.208	-	115.800	51.228	36.538	-	87.766
Fundos imobiliários								
Oliveira Trust DTVM S.A.	-	10	-	10	-	26	-	26
Total dos fundos imobiliários	-	10	-	10	-	26	-	26
Total dos fundos de investimentos	813.368	415.995	6.287	1.235.650	757.677	402.508	6.129	1.166.314

Sobre o Fundo AZ Quest Multi FICFIM (Estruturado), administrado pela BNY Mellon, após resultado da reavaliação dos fundos das carteiras, houve resgate total das posições dos planos em dezembro de 2021, com realocação no fundo Vista Hedge FIC FIM, administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros DTVM.

Com relação ao Fundo Investimentos em Participações Brasil Energia Renovável (FIP BER) administrado pela Caixa Econômica Federal, no encerramento de 2021, o gestor (Brasil Plural) e administrador realizaram um avaliação a valor justo dos investimentos detidos pelo Fundo em conformidade com as normas contábeis brasileiras e com as Instruções CVM nº 578 e nº 579, registrando perdas no valor econômico dos ativos, em função (i) desinvestimento dos ativos – Santa Vitória do Palmar Holding S.A. e RBO Energia S.A. – em recuperação judicial, (ii) quitação de acordos relacionados à dívidas do Fundo e de suas companhias investidas. (iii) remarcação de ativos e passivos do Fundo e (iv) pagamento das dívidas financeiras das holdings não operacionais. Dessa forma, o impacto negativo no valor da cota em 31 de dezembro de 2021 foi de aproximadamente 47%. Em 2020, o impacto negativo do impairment na cota havia sido de aproximadamente 30,21%. A carteira atual do fundo reflete o valor apurado no laudo de avaliação da investida Livramento Holding S.A. e o valor da companhia Brave Winds Geradora III S.A., o qual é composto majoritariamente por ações habilitadas para negociação da B3. A alocação por plano de benefícios no Fundo pode ser observada na tabela:

Ativo	Plano	Valor aplicado	Valor recebido	Valor do Ativo em 31/12/2021
FIP BER	PCA	15.000	-	1.630
FIP BER	PACV	10.000	-	1.086

6.1.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

a) Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA

	2021						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	402.372	402.372	432.680	49,47%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	402.372	402.372	402.372	49,47%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	402.372	402.372	402.372	49,47%
Títulos para negociação	384.115	431	3.535	22.915	410.996	410.996	50,53%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	58.631	431	3.535	22.915	85.512	85.512	10,51%
Debêntures	-	-	29	1.492	1.521	1.521	0,19%
Letras Financeiras	-	-	3.782	158	3.940	3.940	0,48%
Títulos públicos federais	58.674	431	144	21.276	80.525	80.525	9,90%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	144	21.276	21.420	21.420	2,63%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT O	58.674	-	-	-	58.674	58.674	7,21%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	-	431	-	-	431	431	0,05%
Outros	-43	-	-420	-11	-475	475	-0,06%
Fundos de investimentos não exclusivos	325.484	-	-	-	325.484	325.484	40,02%
Total	384.115	431	3.535	425.287	813.368	843.676	100,00%

	2020						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	363.556	363.556	463.472	47,98%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	363.556	363.556	463.472	47,98%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	363.556	363.556	463.472	47,98%
Títulos para negociação	349.743	7.138	2.055	35.185	394.121	394.121	52,02%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	4.282	7.138	2.055	35.185	48.660	48.660	6,42%
Debêntures	-	-	-	2.342	2.342	2.342	0,31%
Letras Financeiras	-	-	2.055	3.268	5.323	5.323	0,70%
CDB	-	246	-	-	246	246	0,03%
Títulos públicos federais	4.312	6.892	-	30.155	41.359	41.359	5,46%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	911	-	30.155	31.066	31.066	4,10%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT O	3.881	5.682	-	-	9.563	9.563	1,26%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	431	299	-	-	730	730	0,10%
Outros	-30	-	-	-580	-610	-610	-0,08%
Fundos de investimentos não exclusivos	345.461	-	-	-	345.461	346.461	45,59%
Total	349.743	7.138	2.055	398.741	757.677	857.593	100,00%

No exercício de 2021, a posição alocada em NTN-B classificada como títulos “mantidos até o vencimento” se manteve inalterada, uma vez que não ocorreram novas compras no exercício. A Fundação declara a intenção de mantê-los até o vencimento, por possuir capacidade financeira para tal e, de acordo com os estudos técnicos de otimização de carteira e de ALM, evidencia-se a capacidade para manutenção desses ativos. No ano de 2020, essa posição também se manteve inalterada.

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV

	2021						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	129.986	129.986	135.041	31,25%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	129.986	129.986	135.041	31,25%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	129.986	129.986	135.041	31,25%
Títulos para negociação	213.790	1.148	9.416	61.655	286.009	286.009	68,75%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	6.982	1.148	9.416	61.655	79.201	79.201	19,04%
Debêntures	-	-	79	3.973	4.051	4.051	0,97%
Letras Financeiras	-	-	10.073	422	10.495	10.495	2,52%
Títulos públicos federais	7.003	1.148	384	57.290	65.825	65.825	15,82%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	384	57.290	57.674	57.674	13,86%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	-	1.148	-	-	1.148	1.148	0,28%
Notas do Tesouro Nacional - NTN O	7.003	-	-	-	7.003	7.003	1,68%
Outros	-21	-	-1.119	-30	-1.170	-1.170	-0,28%
Fundos de investimentos não exclusivos	206.808	-	-	-	206.808	206.808	49,71%
Total	213.790	1.148	9.416	191.641	415.995	421.050	100,00%

	2020						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	117.680	117.680	147.499	29,24%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	117.680	117.680	147.499	29,24%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	117.680	117.680	147.499	29,24%
Títulos para negociação	211.387	11.907	3.362	58.172	284.828	284.828	70,76%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	6.336	11.907	3.362	58.172	79.777	79.777	19,82%
Debêntures	-	226	-	3.833	4.059	4.059	1,01%
Letras Financeiras	-	-	3.362	5.349	8.711	8.711	2,16%
CDB	-	402	-	-	402	402	0,10%
Títulos públicos federais	6.344	11.279	-	49.939	67.562	67.562	16,79%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.491	-	49.939	51.430	51.430	12,78%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT O	5.075	9.299	-	-	14.374	14.374	3,57%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	1.269	489	-	-	1.758	1.758	0,44%
Outros	-8	-	-	-949	-957	-957	-0,24%
Fundos de investimentos não exclusivos	205.051	-	-	-	205.051	205.051	50,94%
Total	211.387	11.907	3.362	175.852	402.508	432.327	100,00%

No exercício de 2021, a posição alocada em NTN-B classificada como títulos "mantidos até o vencimento" se manteve inalterada, uma vez que não ocorreram novas compras no exercício. A Fundação declara a intenção de mantê-los até o vencimento, por possuir capacidade financeira para tal e, de acordo com os estudos técnicos de otimização de carteira e de ALM, evidencia-se a capacidade para manutenção desses ativos. No ano de 2020 essa posição também se manteve inalterada.

c) Plano de Gestão Administrativa - PGA

	2021						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos para negociação	-1	101	827	5.360	6.287	6.287	100,00%
Renda fixa	-1	101	827	5.360	6.287	6.287	100,00%
Debêntures	-	-	7	349	356	356	5,66%
Letras Financeiras	-	-	884	37	921	922	14,66%
Títulos públicos federais	-	101	34	4.977	5.112	5.112	81,30%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	34	4.977	5.011	5.011	79,69%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	-	-	-	-	101	101	1,60%
Outros	-1	-	-98	-3	-102	-102	-1,61%
Total	-1	101	827	5.360	6.287	6.287	100,00%

	2020						
	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%	
Títulos para negociação	986	284	4.859	6.129	6.129	100,00%	
Renda fixa	986	284	4.859	6.129	6.129	100,00%	
Debêntures	-	-	324	324	324	5,29%	
Letras Financeiras	-	284	451	735	735	11,99%	
CDB	34	-	-	34	34	0,55%	
Títulos públicos federais	952	-	4.164	5.116	5.116	83,47%	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	126	-	4.164	4.290	4.290	70,00%	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT O	785	-	-	785	785	12,81%	
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	41	-	-	41	41	0,67%	
Outros	-	-	-80	-80	-80	-1,31%	
Total	986	284	4.859	6.129	6.129	100,00%	

O PGA é composto exclusivamente pelo fundo multimercado FUNBR, os ativos que compõe a sua carteira estão integralmente marcados a mercado.

6.2. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A composição da carteira de investimentos imobiliários alocados no PCA é a seguinte:

	2021	2020
Imóveis		
Avenida Paulo Leitão, 695 - Magé - RJ	3.700	3.650
Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 - Niterói - RJ	98.400	91.730
Rua Aureliano Coutinho, 81 - Petrópolis - RJ	6.700	4.687
Valores a receber	4	1
Total	108.804	100.068

Com relação à carteira de investimentos imobiliários, no exercício de 2021, manteve-se vacância integral do imóvel de Magé. Com relação ao imóvel de Petrópolis, mantidos os contratos de locação de uma sala comercial para a patrocinadora, e uma sala e duas vagas de garagem locados a terceiros. Já o imóvel de Niterói encontrou-se 100% locado à patrocinadora Enel Brasil S.A. até o dia 31 de dezembro de 2021.

Sobre o processo judicial referente a valores a receber de aluguéis do imóvel de Petrópolis, este foi encerrado em definitivo em 19 de novembro de 2020 gerando o precatório 2020.07343-3 que foi contabilizado como "Recursos a receber - precatórios" do investimento. Foram repassados valores de requisição de R\$215 (principal) e R\$22 (juros) com data base de 30 de junho de 2018. O precatório (principal) deve ser atualizado pelo IPCA-E (acumulado trimestral do IPCA-15) e os juros pela poupança conforme normativo aplicável. O saldo do crédito em 31 de dezembro de 2021 foi apurado no valor total de R\$290. Em 2020, o saldo registrado foi de R\$265.

Imóvel	Valor reavaliado em 31/12/2020	Reavaliação	Valor reavaliado em 31/12/2021	Valor reavaliado em 31/12/2019	Reavaliação	Valor reavaliado em 31/12/2020
Niterói	91.730	6.670	98.400	94.716	-2.986	91.730
Petrópolis	4.687	2.013	6.700	6.177	-1.490	4.687
Magé - RJ	3.650	50	3.700	4.400	-750	3.650
Total	100.067	8.733	108.800	105.293	-5.226	100.067
Valores a receber	1	-	4	21	-	1
Total dos investimentos imobiliários	100.068	8.733	108.804	105.314	-5.226	100.068

Em maio de 2021, os imóveis da Fundação foram avaliados, tendo como resultado dessa avaliação um aumento do valor patrimonial global em R\$8.733. O resultado dessas avaliações se encontra refletido nas demonstrações financeiras, baseando-se nos Laudos de Avaliação emitidos por perito independente - CBRE Consultoria do Brasil LTDA - CNPJ 51.718.575/0001-85, RNP 2605219160. Em junho de 2020, os imóveis da Fundação foram avaliados pelo Instituto Urbanométrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda. - CNPJ 07.680.750/0001-09 e houve uma redução do valor patrimonial em R\$5.226.

Segue percentual de alocação dos imóveis em relação aos recursos garantidores:

Variação de alocação	Recursos garantidores	Investimento imobiliário	Percentual de alocação
Em 31 de dezembro de 2020	859.940	100.068	11,64
Em 31 de dezembro de 2021	924.207	108.804	11,77

O limite estabelecido pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, para o segmento é de 20% dos recursos do plano, sendo que as entidades não podem mais investir diretamente em imóveis, só sendo possível novo investimento através de fundos imobiliários, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI). Para as posições atuais, a lei estabelece um prazo para enquadramento, seja através da alienação ou da transferência para fundos imobiliários, de 12 anos, ou a duration do plano ou a necessidade de liquidez, o que for menor. No caso da Fundação, esse prazo é a duration atual do plano, que é de 8,11 anos. Dessa forma, e em cumprimento aos termos do Ofício nº 214/2018/ERRJ/DIFIS/PREVIC, de 17 de outubro de 2018, seguimos comunicando à PREVIC, através de Relatório Anual Circunstanciado, acerca das medidas adotadas para alienação do estoque dos imóveis pertencentes à carteira.

6.3. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Com a concessão dos empréstimos simples aos participantes, a composição da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários da Fundação é como se segue:

Descrição	2021			2020		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Empréstimos	1.700	1.878	3.578	1.905	1.994	3.899
Saldo a vencer	1.696	1.796	3.492	1.905	1.984	3.899
Prestações a receber	5	118	123	-	41	41
Perdas Estimadas	-1	-36	-37	-	-31	-31
Financiamentos imobiliários	1	-	1	1	-	1
Total de operações com participantes	1.701	1.878	3.579	1.906	1.994	3.900

Com relação à carteira de empréstimos do PACV, no exercício de 2021, o saldo registrado como provisão de liquidação duvidosa é de R\$36 (em 2020 era de R\$31). Em relação a carteira do PCA, no exercício de 2021, o saldo registrado era de R\$1. Medidas para recuperação desses créditos são observadas mensalmente, conforme o tempo de inadimplência.

6.4. RENTABILIDADES DOS INVESTIMENTOS

Segue composição da rentabilidade nos segmentos aplicados:

	2021				2020			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundos de investimentos								-
Renda fixa	64.072	21.037	-	85.109	39.320	13.548	-	52.868
Ações	-18.033	-11.053	-	-29.086	6.034	4.499	-	10.533
Multimercado	976	1.983	172	3.131	2.193	2.515	175	4.883
Multimercado Estruturado	1.874	877	-	2.751	-9.385	-3.883	-	-13.268
Participações	-1.537	-1.024	-	-2.561	-1.814	-1.209	-	-3.023
Investimento no Exterior	16.363	11.670	-	28.033	19.215	13.764	-	32.979
Imobiliários	-	-14	-	-14	-	-52	-	-52
Despesas diretas	-281	-172	-	-453	-239	-138	-1	-378
Total fundos de investimentos	63.434	23.304	172	86.910	55.324	29.044	174	84.542
Investimentos imobiliários	18.042	-	-	18.042	3.474	-	-	3.474
Empréstimos	207	227	-	434	259	271	-	530
Cobertura das despesas administrativas	-2.176	-760	-	-2.936	-2.128	-745	-	-2.873
Outros	-236	-65	-1	-302	-146	-59	-1	-206
Rentabilidade total	79.271	22.706	171	102.148	56.783	28.511	173	85.467

6.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Fundação possuía, em seus fundos de investimentos exclusivos, operações no mercado de derivativos através de contratos de futuros e swaps registrados pelo valor de mercado. As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.). Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Fundação. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia.

A posição em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

i) Futuros

PCA							
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor referência	2021 Valor de mercado	2020 Valor de mercado
DI	Comprado	Taxa de Juros	jan/23	120	92.119	-	11.054
DI	Comprado	Taxa de Juros	jan/23	30	89.410	2.682	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	jan/24	9	81.273	732	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	jan/25	25	80.312	-	2.008

PACV							
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor referência	2021 Valor de mercado	2020 Valor de mercado
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2023	196	92.119	-	18.055
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2023	81	89.410	7.242	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2024	25	81.273	2.032	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2025	41	80.312	-	3.293

PGA							
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor referência	2021 Valor de mercado	2020 Valor de mercado
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2023	17	92.119	-	1.566
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2023	7	89.410	626	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2024	2	81.273	162	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2025	4	80.312	-	321

ii) Swaps

PCA							
Operação	Vencimento	Indexador P	Taxa P %	Indexador A	TAXA A %	2021	2020
29381	15/08/2022	IPCA	6,1	CDI	0	-363	-441
29383	15/08/2024	CDI	0	IPCA	6,12	22	32
29385	15/08/2024	CDI	0	IPCA	6,14	18	27
29386	15/08/2024	CDI	0	IPCA	6,15	18	27
29387	15/08/2022	CDI	0	IPCA	3,82	368	406
29388	15/08/2022	CDI	0	IPCA	3,86	28	31
29390	15/08/2022	IPCA	6,98	CDI	0	-317	-392
29392	15/08/2024	IPCA	6,94	CDI	0	-69	-101
29393	15/08/2022	IPCA	5,84	CDI	0	-136	-167
						-431	-580

PACV							
Operação	Vencimento	Indexador P	Taxa P %	INDEXADOR A	TAXA A %	2021	2020
29381	15/08/2022	IPCA	6,1	CDI	0	-966	-725
29383	15/08/2024	CDI	0	IPCA	6,12	58	53
29385	15/08/2024	CDI	0	IPCA	6,14	49	44
29386	15/08/2024	CDI	0	IPCA	6,15	49	45
29387	15/08/2022	CDI	0	IPCA	3,82	979	665
29388	15/08/2022	CDI	0	IPCA	3,86	75	50
29390	15/08/2022	IPCA	6,98	CDI	0	-844	-642
29392	15/08/2024	IPCA	6,94	CDI	0	-185	-167
29393	15/08/2022	IPCA	5,84	CDI	0	-364	-273
						-1.149	-950

PGA							
Operação	Vencimento	Indexador P	Taxa P %	INDEXADOR A	TAXA A %	2021	2020
29381	15/08/2022	IPCA	6,1	CDI	0	-85	-61
29383	15/08/2024	CDI	0	IPCA	6,12	5	4
29385	15/08/2024	CDI	0	IPCA	6,14	4	4
29386	15/08/2024	CDI	0	IPCA	6,15	4	4
29387	15/08/2022	CDI	0	IPCA	3,82	86	56
29388	15/08/2022	CDI	0	IPCA	3,86	7	4
29390	15/08/2022	IPCA	6,98	CDI	0	-74	-54
29392	15/08/2024	IPCA	6,94	CDI	0	-16	-14
29393	15/08/2022	IPCA	5,84	CDI	0	-32	-23
						-101	-80

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O demonstrativo da composição consolidada do exigível operacional é como segue:

	2021				2020			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Repasse assistência médica e odontológica	1.243	117	-	1.360	1.173	108	-	1.281
Impostos a recolher	488	235	97	820	380	149	102	631
Repasse a sindicatos e associações	445	49	-	494	414	44	-	458
Fornecedores	604	2	236	842	2	3	205	210
Provisão de folha de pagamento	-	-	189	189	-	-	221	221
A recolher sobre folha de pagamento	-	-	161	161	-	-	176	176
Outros	111	9	-	120	120	9	-	129
Total do exigível operacional	2.891	412	683	3.986	2.089	313	704	3.106

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Fundação está envolvida em diversas ações judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias. Com base no parecer de seus consultores jurídicos, a Administração constituiu provisão para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A composição do exigível contingencial está resumida a seguir:

	2021				2020			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Gestão previdencial	91.211	-	-	91.211	126.112	-	-	126.112
Gestão administrativa	-	-	52	52	-	-	257	257
Total dos processos	91.211	-	52	91.263	126.112	-	257	126.369

8.1. PASSIVOS CONTINGENTES

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos, conforme detalhado a seguir:

8.1.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Os processos de natureza previdencial são ações interpostas por ex-participantes, participantes e assistidos, vinculados em sua maioria ao PCA e que estão pleiteando:

- (a) Concessão do benefício sem os limites etário e de teto de remuneração.
- (b) Revisão do benefício com base nas verbas salariais deferidas em processo trabalhista em face da patrocinadora.
- (c) Nulidade da migração do PCA para o PACV, em abril de 1999.
- (d) Perdas decorrentes da conversão dos benefícios de cruzeiros reais para reais (Plano real), por ocasião do reajuste anual de outubro de 1994 (diferença de 46,6% referente ao INPC de junho de 1994).
- (e) Diferença de índice de reajuste.
- (f) Diferenças decorrentes de atualização monetária de reservas de poupança - expurgo inflacionário (março de 1990 a março de 1991 - IPC/BTN).
- (g) Resgate da contribuição patronal.

Os processos são atualizados mensalmente pela TR (Banco Central), acrescendo-se juros de mora de 1% ao mês, calculados sobre os valores corrigidos.

Em 31 de dezembro de 2021 não havia processos judiciais com probabilidade de perda possível.

8.1.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Existem provisões constituídas para cobertura de condenação em reclamações trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2021 não havia processos judiciais com probabilidade de perda possível.

8.1.3. MOVIMENTAÇÃO DO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A movimentação do exigível contingencial no ano de 2021 está resumida a seguir:

PCA					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
126.112	2.703	-40.309	-6.804	9.509	91.211

PCA					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
257	8	-	-239	26	52

A movimentação decorre da rotina normal de registro de pagamentos, reversões ou constituição de novas provisões para processos, de acordo com a classificação atual da demanda e que é reflexo, principalmente, do seu estágio processual. As baixas podem decorrer do pagamento efetivo da condenação ou da alteração do resultado da demanda. Podem, ainda, ser reflexo de revisão dos valores apurados em sede de execução em razão de fatos novos.

8.2. CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Refere-se ao valor a receber que a Fundação possui decorrente de ação judicial transitada em julgado proposta pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP em nome de suas associadas contra a União Federal, o BNDES e o FND.

A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do índice de preços ao consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

O FND foi criado em julho de 1986, com o objetivo de prover recursos para realização, pela União de investimentos de capital necessários a dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. O FND foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFNDs, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas.

Após a apuração de créditos em favor da Fundação por meio de perícia, estes poderiam ser objeto de registro contábil. No entanto, em 14 de outubro de 2011, através do ofício nº4624/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, a Fundação, assim como as demais entidades que poderiam efetuar o registro contábil relativo à referida ação judicial, recebeu determinação do órgão fiscalizador, no sentido de que não fosse efetivado o registro, sob a justificativa de que enquanto não houvesse manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, não deveria prevalecer o referido registro contábil. Oportunamente, quando atendidos os requisitos apontados pelo Órgão Fiscalizador, os valores seriam devidamente contabilizados.

Em maio de 2021, foi inaugurado um procedimento administrativo interno no âmbito da Central de Negociação da PRU-2, ocasião em que foi criado um grupo de trabalho para as discussões sobre os cálculos.

Frente ao desenvolvimento das tratativas, foi convocada pela ABRAPP Assembleia Geral Extraordinária Virtual, com o objetivo de analisar a proposta de Acordo da Procuradoria Regional da União - 2ª Região.

A proposta contou com parecer favorável dos representantes das Entidades, tendo em vista principalmente a maior celeridade no recebimento dos valores, a possibilidade de contabilização dos valores no balanço da Fundação, já que, a contabilização não era permitida pela PREVIC, estando esse crédito lançado apenas em notas explicativas.

O valor estimado a ser recebido pela Fundação figura em R\$ 42.928, posicionado em maio de 2021.

9. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

a) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas de 2021 foram calculadas pelo atuário responsável pelos planos, Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas atuariais do mercado. As provisões matemáticas calculadas foram:

i) Benefícios concedidos

Representam o valor atual dos compromissos futuros da Fundação para com os participantes/ dependentes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadoria e pensão.

ii) Benefícios a conceder

Representam o valor atual dos compromissos futuros da Fundação para com os participantes/ dependentes que ainda não são elegíveis ou não solicitaram os benefícios a que fazem jus, estimados a partir da expectativa do prazo de permanência dos participantes.

iii) Provisões matemáticas a constituir

Representam o valor atual das contribuições de responsabilidade da patrocinadora sem contrato firmado, destinadas à cobertura do déficit técnico.

9.1. RESULTADO PCA

No exercício de 2021, foi apurado o resultado negativo no valor de R\$46.214 (em 2020 foi de R\$59.515), que foi incorporado ao Contrato de Refinanciamento do Compromisso de Reservas a Amortizar (vide item 4.2.1), registrado no Ativo do Plano, e que será integralizado exclusivamente pela Patrocinadora Ampla até 31 de março de 2022.

9.2. RESULTADO PACV

No exercício de 2021, foi apurado o resultado negativo de R\$26.439 (em 2020 foi de R\$17.546), sendo rateado entre as Patrocinadoras da seguinte forma:

- Patrocinadora Ampla: o valor de R\$25.787 foi acrescido ao Contrato de Confissão de Dívida – Déficit Equacionado, registrado no Ativo do Plano (vide nota 4.2.2). Em 2020, o valor incorporado foi de R\$17.125.

- Patrocinadora Enel: o valor de R\$302 foi quitado em parcela única com recursos do Fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar a ela vinculado. Em 2020, o fundo foi utilizado na amortização integral do resultado deficitário referente ao exercício, no valor de R\$164.
- Patrocinadora Brasiletros: o valor de R\$350 foi integralmente incorporado à conta Déficit Equacionado da Provisão Matemática a Constituir. Em 2020, o valor incorporado foi de R\$257.

O equacionamento do déficit da Brasiletros é efetuado por contribuições extraordinárias calculadas sobre a folha de salário mensal dos participantes, conforme taxa definida anualmente pelo atuário do plano, e pela utilização do Fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar, enquanto houver saldo disponível, conforme aprovação do Conselho Deliberativo e da Patrocinadora.

A parte relativa aos benefícios a conceder de responsabilidade da patrocinadora, no valor de R\$249, foi objeto de Plano de Equacionamento do Déficit no ano de 2014, conforme determina a legislação vigente e possui cláusula de revisão atuarial, em que o saldo devedor é revisto ao final de cada ano. O saldo é devidamente atualizado pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial – DA. A parcela do déficit proveniente dos benefícios concedidos é quitada em parcela única, conforme o disposto no Plano de Equacionamento do Déficit.

O prazo remanescente de amortização do déficit é de 99 meses, terminando em 31 de março de 2030.

A evolução da dívida é a seguinte:

	2021			2020		
	A Conceder	Concedido	Total	A Conceder	Concedido	Total
Saldo no início do exercício	114	143	257	81	-	81
Correção monetária	12	2	14	4	-	4
Juros	5	1	6	4	-	4
Valores recebidos no exercício	-1	-146	-147	-15	-	-15
Utilização do fundo de reversão	-11	-	-11	-4	-	-4
Revisão atuarial	23	328	351	44	143	187
Saldo no final do exercício	142	328	470	114	143	257

10. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais em 2021 e 2020, segregadas por plano de benefícios previdenciais estão demonstradas abaixo:

Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA

Descrição	2021	2020
Situação do plano	Ativo em extinção	Ativo em extinção
Data de desativação	08/01/1999	08/01/1999
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa real anual de juros	4,98% a.a.	5,0% a.a.
Crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	1	1
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,985	0,985
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral (de válidos)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M	AT-49 M
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método atuarial	Agregado	Agregado

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV

Descrição	2021	2020
Situação do plano	Ativo em funcionamento	Ativo em funcionamento
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa real anual de juros	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Crescimento real de salário	1% a.a.	1% a.a.
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	0,985	0,985
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,985	0,985
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	4,99% a.a.	4,99% a.a.
Tábua de mortalidade geral (de válidos)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M	AT-49 M
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americano	Grupo Americano
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método atuarial	Agregado/Capitalização Financeira	Agregado/Capitalização Financeira

Em 30 de novembro de 2021, foram aprovadas as premissas financeiras e biométricas acima relacionadas para determinação das provisões matemáticas posicionadas em 31 de dezembro de 2021. Tais premissas foram definidas com base nos resultados apresentados no Estudo Técnico de Aderência das Hipóteses Atuariais e Financeiras, elaborado pelo atuário responsável, Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, nos termos da Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018.

No PCA, a hipótese da taxa de juros atuarial foi reduzida de 5,0% a.a. para 4,98% a.a., sendo mantidas as demais hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2021. Essa alteração teve um impacto financeiro negativo de, aproximadamente, R\$1.377.

No PACV, foram mantidas as hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial.

11. FUNDOS

	2021			2020		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Previdenciais	6.491	2.148	8.639	13.439	2.980	16.419
Reversão de saldo por exigência regulamentar	-	126	126	-	836	836
Cobertura de demandas judiciais	6.491	-	6.491	13.439	-	13.439
Cobertura de conta coletiva de risco	-	2.022	2.022	-	2.144	2.144
Administrativo						
Fundo da gestão administrativa	4.234	2.266	6.500	3.484	2.355	5.839
Investimentos	1.366	284	1.650	1.172	238	1.410
Empréstimo pessoal	1.365	284	1.649	1.171	238	1.409
Financiamento imobiliário	1	-	1	1	-	1
Total dos fundos	12.091	4.698	16.789	18.095	5.573	23.668

11.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS

Fundo previdencial de reversão de saldo por exigência regulamentar do PACV - constituído pelas parcelas do Saldo de Conta Total de Participante que não foi destinada ao pagamento de benefícios e institutos. Esse fundo é atualizado mensalmente pelo Índice de Atualização de Contas Pós-fixado e, atualmente, é utilizado para amortização das contribuições extraordinárias, e para pagamento das contribuições normais de responsabilidade Patrocinadora Enel.

Fundo para cobertura de demandas judiciais - constituído em 2012 no PCA, com o objetivo de compensar o acréscimo nas provisões matemáticas de benefícios concedidos, em decorrência de decisões judiciais, que determinaram a revisão do reajuste aplicado aos benefícios mensais quando da conversão do cruzeiro real para real. Esse fundo é recalculado anualmente pelo atuário responsável.

Fundo de cobertura da conta coletiva de risco - constituído no PACV, no ano de 2014, com o excesso acumulado na Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Invalidez e Morte em relação ao Valor Presente dos Benefícios correspondentes. Esse fundo é incrementado com os ganhos e perdas atuariais e é atualizado mensalmente pelo Índice de Atualização de Contas Pós-fixado.

11.2. FUNDO ADMINISTRATIVO

Fundo Administrativo - constituído pela diferença entre as receitas e as despesas administrativas mantido o saldo no ativo permanente. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano e destina-se à cobertura de insuficiências no custeio administrativo.

11.3. FUNDO INVESTIMENTO - EMPRÉSTIMOS

Fundo de Investimentos (empréstimo simples) - constituído pelos prêmios descontados sobre os valores concedidos de empréstimo. Foi criado com a finalidade de garantir a quitação do saldo devedor de empréstimo em caso de falecimento do mutuário e é atualizado pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA. Este fundo foi reavaliado em 2020 pelo atuário dos planos e não apresentou riscos de insolvência e liquidez.

Fundo de Investimentos (financiamento imobiliário) - constituído para garantir a quitação dos empréstimos concedidos aos participantes nessa modalidade.

12. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

12.1. RECEITA PARA ADMINISTRAÇÃO DO PGA

É formada pela contribuição das patrocinadoras, pela transferência dos investimentos dos planos de benefícios conforme orçamento anual, pela rentabilidade dos investimentos do próprio PGA e outros. A contribuição da patrocinadora e o valor do investimento dos planos de benefícios são transferidos mensalmente para o PGA.

	2021			2020		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Contribuição taxa da patrocinadora	2.539	1.569	4.108	2.441	1.526	3.967
Transferido do investimento	2.176	760	2.936	2.128	745	2.873
Resultado positivo dos investimentos do PGA	101	70	171	92	81	173
Outras receitas	-	-	-	125	70	195
Total da receita	4.816	2.399	7.215	4.786	2.422	7.208

12.2. DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

	2021	2020
Diretoria (a)	522	1.085
Empregados	3.156	2.862
Estagiário	-	23
	3.678	3.970

(a) Sem encargos e benefícios - R\$399 em 2021 (R\$859 em 2020)

12.3. SERVIÇOS DE TERCEIROS

	2021	2020
Sistemas de informática	884	855
Consultoria jurídica	705	773
Consultoria atuarial	138	99
Auditoria contábil	81	80
Gestão de planejamento estratégico	63	57
Recursos humanos	34	32
Consultoria de investimentos	20	66
Outras	112	61
Total serviços de terceiros	2.037	2.023

13. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Em 4 de fevereiro de 2015, foi publicada a Instrução PREVIC nº19, que disciplina os critérios e os procedimentos para cálculo (observadas as alterações posteriores). Esse ajuste de precificação dos títulos, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, corresponde à diferença entre o valor considerando a taxa de juros utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação dos títulos públicos elegíveis em 31 de dezembro de 2021 do PCA resultou em um valor positivo de R\$40.127 (em 2020 foi R\$39.184), conforme demonstrativo a seguir do ajuste de precificação dos títulos públicos federais, para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

2021					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/05/2023	41.613	157.601	160.427	2.827
NTN-B	15/08/2024	3.940	14.771	15.572	801
NTN-B	15/08/2030	10.955	41.955	45.191	3.236
NTN-B	15/05/2035	31.404	115.554	131.101	15.547
NTN-B	15/08/2040	15.386	54.791	66.469	11.678
NTN-B	15/05/2045	3.605	11.663	15.610	3.947
NTN-B	15/08/2050	1.830	6.037	8.128	2.091
Total			402.372	442.498	40.127

2020					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/05/2023	41.613	142.291	146.554	4.263
NTN-B	15/08/2024	3.940	13.248	14.212	964
NTN-B	15/08/2030	10.955	37.977	41.118	3.141
NTN-B	15/05/2035	31.404	104.519	119.077	14.558
NTN-B	15/08/2040	15.386	49.526	60.280	10.754
NTN-B	15/05/2045	3.605	10.536	14.142	3.606
NTN-B	15/08/2050	1.830	5.459	7.357	1.898
Total			363.556	402.740	39.184

Em relação ao resultado positivo do ajuste de precificação, e considerando a existência do Contrato de dívida com a patrocinadora Ampla, foi lançado em Operações contratadas que compõe o "Receível previdencial" e refletido no saldo devedor do contrato o déficit técnico contábil do exercício (Contrato de Dívida com a Patrocinadora - vide item 4.2.1).

Com relação ao PACV, o ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2021 resultou em um valor positivo de R\$8.305 (em 2020 foi R\$8.159) conforme demonstrativo a seguir:

2021					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/05/2023	11.975	45.437	46.155	718
NTN-B	15/05/2035	3.000	11.324	12.501	1.177
NTN-B	15/05/2045	13.970	53.928	60.338	6.410
Total			110.688	118.994	8.305

2020					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/05/2023	11.975	41.074	42.174	1.100
NTN-B	15/05/2035	3.000	10.254	11.375	1.121
NTN-B	15/05/2045	13.970	48.865	54.803	5.938
Total			100.193	108.352	8.159

Em relação ao resultado positivo do ajuste de precificação, e considerando a existência do Contrato de Equacionamento de Déficit, o déficit relacionado aos participantes e assistidos da patrocinadora Ampla, foi lançado em Operações contratadas que compõe o “Recebível previdencial” e refletido no saldo devedor do Contrato (Contrato de Dívida com a Patrocinadora - vide item 4.2.2). O déficit técnico contábil referente aos participantes e assistidos oriundos da Brasiletros foi lançado na Provisão Matemática a Constituir por ajustes das contribuições extraordinárias (vide item 9.2).

14. FATO RELEVANTE

A Brasiletros avaliou que os impactos mais relevantes decorrentes da pandemia do coronavírus COVID-19 perduraram ao longo do ano de 2021 e estiveram relacionados à volatilidade dos ativos financeiros diante das incertezas macroeconômicas ao longo do ano e aos investimentos dos planos de benefícios administrados, dado as mudanças estruturais na economia como inflação, câmbio e juros. Tais efeitos foram registrados no exercício social de 2021 e concluiu-se que não há manifestação adicional a ser reportada após o encerramento do exercício.

Atenta à sua missão, a Brasiletros segue atuando norteadada pelos mais elevados patamares de governança e sob o ponto de vista tático, mantendo seu posicionamento estratégico de longo prazo.

15. RESPONSÁVEIS

David Augusto de Abreu
Diretor Presidente

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor de Investimentos,
Administração e Finanças

Luis Carlos Salles Cota
Diretor de Seguridade

Muci Girgi Germain
Diretor Jurídico

Andréa de Souza Barreto
Contadora - CRC-RJ095.267/0-8



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, às Patrocinadoras e aos Participantes da
FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL - BRASILETROS
Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade, planos individuais ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/0-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

14

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS**, nos termos do artigo 39, do Estatuto Social da Fundação, após análise das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, compostas de Balanço Patrimonial (Consolidado), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada) – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA e respectivas notas explicativas e do parecer favorável emitido pela auditoria realizada pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S.S., datado de 16 de març o de 2022, manifesta expressamente a aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2021, sem restrições e para os devidos efeitos legais.

Niterói, 25 de març o de 2022.

Leandro Oliveira Cordeiro

José Carlos Pacheco



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL –BRASILETROS, nos termos do artigo 18, do Estatuto Social da Fundação, após análise das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e compostas do Balanço Patrimonial (Consolidado), da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada) – DMPS, da Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, da Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, da Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, da Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, das respectivas notas explicativas e dos pareceres favoráveis emitidos pela auditoria realizada pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S.S., datado de 16 de març o de 2022, e pelo Conselho Fiscal, datado de 25 de març o de 2022, manifesta expressamente a aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2021, sem restrições e para os devidos efeitos legais.

Niterói, 29 de març o de 2022.

Anderson Luiz Tostes dos Santos

Luzia Brandão Marinho Bartolette

Alexandre Pinto de Brito Oliveira

Maurício Szwarc





CRÉDITOS

Coordenação Geral

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros

Produção de texto, diagramação e revisão

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros

Projeto Gráfico Editorial

Juliana Bittencourt Santiago Vieira

Fotografias

Banco de Imagens: Adobe Stock

FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL - BRASILETROS

Avenida Roberto Silveira, 488 -13º andar - Icaraí, Niterói - RJ

brasiletros@brasiletros.com.br

www.brasiletros.com.br

(21) 2707-5550